

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JORÉU AZEVEDO ROMERO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

CURITIBA

2019

JORÉU AZEVEDO ROMERO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, apresentado como obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dayane Rocha de Pauli

CURITIBA

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas filhas Iana e Eloá, que são minha maior motivação para o desenvolvimento desde estudo e assim não permitir lacunas em sua educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que é o meu sustento e capacitador, meu melhor amigo.

Aos professores da Universidade Federal do Paraná que participaram da minha jornada, em especial à Prof.^a Dayane Rocha de Pauli que me orientou durante este projeto e aos Professores José Wladimir Fonseca, Felipe Almeida e José Guilherme da Silva Vieira que aos meus olhos se destacaram como corpo docente.

Aos amigos e familiares que mesmo de longe desejam meu sucesso.

E principalmente à minha linda esposa Evillen que é minha maior apoiadora e suportou esses anos de ausência do marido visando meu crescimento. Amo você!!

**“Ensina à criança o caminho que ela deve seguir; mesmo quando envelhecer, dele não se há de afastar. O rico domina os pobres: o que toma emprestado torna-se escravo daquele que lhe emprestou.”
(Provérbios, 22, 6-7).**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a educação financeira como política pública, apresentando sua importância, possíveis resultados e alguns estudos de casos que tratam principalmente do seu ensino em escolas para crianças e jovens. A metodologia aplicada foi uma revisão bibliográfica através de levantamento de documentos de governos e instituições de caráter nacional e internacional. Políticas de educação financeira nos Estados Unidos da América, Inglaterra, Austrália, Índia serviram de estudos de caso para o presente trabalho. Além disso, o trabalho apresenta o cenário atual da abordagem do tema no Brasil. Como resultado, podemos notar que o tema, apesar de sua importância, ainda é incipiente e deve ser continuamente abordado e desenvolvido de forma urgente para a obtenção de bons hábitos relativos a finanças e consequente melhoria de bem-estar.

Palavras-chave: educação financeira; alfabetização financeira; estratégia nacional; finanças.

ABSTRACT

The present work aims to discuss financial education as a public policy, presenting its importance, possible results and some case studies that mainly deal with its teaching in schools for children and young people. The applied methodology was a bibliographical revision through the collection of documents of governments and institutions of national and international character. Financial education policies in the United States, England, Australia, India served as case studies for the present study. In addition, the paper presents the current scenario of the theme approach in Brazil. As a result, we can note that the theme, despite its importance, is still incipient and must be continually addressed and developed urgently to obtain good habits related to finances and consequent improvement of well-being.

Keywords: financial education; financial literacy; national strategy; finance.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA – SETEMBRO/2013.....	18
FIGURA 2 - ABORDAGENS DA ESTRATÉGIA INGLESA.....	29
FIGURA 3 - LINHA DO TEMPO ENEF	37
FIGURA 4 - DESTAQUES DAS DIRETRIZES DA ENEF.....	39
FIGURA 5 - OBJETIVOS ENEF	40
FIGURA 6 - ESTRUTURA ENEF.....	41
FIGURA 7 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO.....	45
FIGURA 8 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO.....	46
FIGURA 9 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO MÉDIO 1º AO 3º ANO	47
FIGURA 10 - ECOSSISTEMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - COMPONENTES.....	50
FIGURA 11 - PROFESSOR NO CENTRO DOS PROJETOS	51
FIGURA 12 - INFLUÊNCIAS PARA TOMADA DE DECISÃO	65
FIGURA 13 - DETERMINANTES DA CAPACIDADE FINANCEIRA - REINO UNIDO	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PROMOVENDO O SUCESSO FINANCEIRO NOS ESTADOS UNIDOS	24
QUADRO 2 - VISÃO E OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA INGLESA	28
QUADRO 3 - VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS - ÍNDIA	34
QUADRO 4 - NÚMEROS DO PROJETO PILOTO	43
QUADRO 5 - OS OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS E CONCEITOS - MATERIAL DIDÁTICO	49
QUADRO 6 - COMPARATIVOS ENTRE AS ABORDAGENS EM ESCOLAS.....	55
QUADRO 8 - NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS	59

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - HISTÓRICO DO CURSO DE ECONOMIA - EUA	26
GRÁFICO 2 - HISTÓRICO DO CURSO DE FINANÇAS PESSOAIS - EUA	26
GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE ALUNOS EM CADA NÍVEL POR PAÍSES	60
GRÁFICO 4 - PISA 2015 X PIB PER CAPITA (2015)	62
GRÁFICO 5 - PISA 2015 X MARKET CAP (2013)	68
GRÁFICO 6 - PISA 2015 X NÚMERO DE CONTAS ENTRE 15-24 ANOS	71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PONTUAÇÃO MÉDIA DOS ALUNOS POR PAÍSES	58
TABELA 2 - DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS DO PISA 2012 E 2015	61
TABELA 3 – ADULTOS COM CONTAS BANCÁRIAS NOS PAÍSES ESTUDADOS - 2017	70

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - PERCENTUAL DE ADULTOS QUE SÃO ALFABETIZADOS FINANCEIRAMENTE	57
MAPA 2 - PERCENTUAL DE ADULTOS QUE POUPARAM EM BANCOS EM 2017	67
MAPA 3 - PERCENTUAL DE ADULTOS COM CONTA BANCÁRIA EM 2017	69
MAPA 4 - ADULTOS SEM CONTA BANCÁRIA	70
MAPA 5 - ADULTOS QUE USARAM EMPRÉSTIMOS OU CARTÃO DE CRÉDITO EM 2017	72

LISTA DE SIGLAS

AEF-Brasil – Associação de Educação Financeira do Brasil

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados

ASIC - Australian Securities and Investments Commission

BACEN – Banco Central do Brasil

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira

Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação

COREMEC - Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

EUA – Estados Unidos da América

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos Financeiros e de Capitais

FLEC – Financial Literacy and Education Commission

FSA - Financial Services Authority

IDH – Índice de desenvolvimento humano

INFE - International Network on Financial Education

MEC – Ministério da Educação

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

RBI – Reserve Bank of India

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1	DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA NACIONAL	14
2.2	ASPECTOS DA APRENDIZAGEM.....	19
3	CASOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PELO MUNDO	22
3.1	EUA	23
3.2	INGLATERRA.....	27
3.3	AUSTRÁLIA.....	30
3.4	ÍNDIA	32
4	CASO BRASILEIRO	35
4.1	A ESTRATÉGIA BRASILEIRA.....	38
4.2	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	40
4.3	ENEF NAS ESCOLAS	42
4.3.1	Material Didático	44
4.4	ENEF HOJE.....	49
4.5	COMPARAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DOS PAÍSES ESTUDADOS	54
5	DADOS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	56
6	IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA ECONOMIA DO PAÍS: QUAIS VARIÁVEIS PODEM SER IMPACTADAS POR ESSE TIPO DE POLÍTICA?	63
6.1	POUPANÇA, INVESTIMENTO E CONSUMO	63
6.2	ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS.....	68
6.3	ENDIVIDAMENTO PESSOAL	71
7	CONCLUSÃO.....	72

1 INTRODUÇÃO

O tema educação financeira tem se mostrado de grande relevância na última década não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas também como política pública para saúde financeira nacional. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem abordado o tema e incentivado governos a criarem estratégias nacionais de educação financeira para a população e cada país tem definido diferentes públicos-alvo e objetivos para tal política.

O Brasil é um dos países do G20 que conta com uma Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (OCDE, 2013).

Uma estratégia nacional de educação financeira é definida como “uma abordagem coordenada nacionalmente para educação financeira que consiste em um programa ou estrutura adaptada”, não se trata apenas do ensino de educação financeira em escolas como iremos abordar especificamente, mas sim diferentes abordagens e incentivos criados pelo governo com o intuito de difundir o tema. No ano de 2015 aproximadamente 60 economias estavam implementando estratégias nacionais nesse sentido (OCED/INFE 2015).

Com a constante evolução da complexidade da economia e dos sistemas financeiros, é de grande importância a difusão do assunto para a população em geral, por isso, a necessidade de intervenção do Estado para a criação de uma política pública para o tema. Política esta que deve ter como objetivo fornecer conhecimento específico sobre o tema e atingir o maior número de pessoas possível.

Dado esse contexto, o presente trabalho visa apresentar como a educação financeira está sendo incluída nas escolas, apresentando o cenário atual no Brasil e abordando alguns estudos de caso internacionais. Além disso, pretende-se discutir os possíveis benefícios gerados por esse tipo de intervenção, para além daqueles a nível individual, mostrando as contribuições para a sociedade como um todo.

A economista italiana e diretora acadêmica do *Global Financial Literacy Excellence Center* (GFLEC) Annamaria Lusardi ressalta que:

Quando as pessoas tomam decisões financeiras ruins, isso pode colocá-las em sérios problemas financeiros ao longo de suas vidas. Por sua vez, essas dificuldades podem afetar suas famílias e o resto da economia. (...) Além disso, nosso trabalho demonstra que a alfabetização financeira pode

beneficiar não apenas os economicamente vulneráveis na sociedade, mas também a população em geral. (MITCHELL; LUSARDI, 2015).

Serão apresentados alguns casos de introdução da Educação Financeira nas escolas em países como EUA, Inglaterra e Austrália, por abordarem o tema há mais tempo, bem como a implementação no Brasil e Índia que possuem economias similares. Iremos abordar quais estratégias estão sendo utilizadas pelos diferentes países, faixa etária atingida, metodologia, grade curricular e seus objetivos macroeconômicos.

No Brasil a estratégia nacional de educação financeira tem sido desenvolvida desde 2007 e se tornou tema obrigatório através Base Nacional Curricular Comum (MEC, 2018).

Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente iremos expor e discutir as características da educação financeira voltada ao público com idade escolar como uma política pública, como sua definição e aspectos de aprendizagem. Na sequência serão apresentados alguns casos selecionados de países que adotaram tal estratégia, discutindo o desenho das políticas para então, no quarto capítulo abordar o caso brasileiro. Após a apresentação das diferentes políticas serão elencados os possíveis impactos da Educação Financeira para a economia nacional.

2 ESTRATÉGIA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para apresentar a educação financeira como uma política pública se deve iniciar com a definição do que é Educação Financeira e, em seguida, abordar como o tema tem sido tratado ao redor do mundo. Após uma visão geral das políticas em diferentes países e seus objetivos, será tratado especificamente da educação financeira no ambiente escolar, levando em consideração as diferenças de aprendizagem entre faixas etárias distintas.

2.1 DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA NACIONAL

Para iniciar a abordagem do tema proposto é necessário estabelecer uma definição teórica. Sendo assim, para definir educação financeira pode-se partir do significado das seguintes palavras e suas definições encontradas em um dicionário de língua portuguesa:

- Educação - "Processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania".
- Financeiro - "Relativo às finanças".
- Finanças - "Ciência que trata das formas de administração do dinheiro e dos títulos públicos" (MICHAELLIS, 2018).

Visto os significados encontrados será definida educação financeira como um método de ensino que promove o desenvolvimento intelectual e habilidades na ciência da administração de dinheiro e títulos.

Em 2013, o Banco Central do Brasil disponibilizou "O Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)" onde ressalta:

A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. (BRASIL, 2013, p.7).

A partir do texto citado acima se pode ressaltar que a educação financeira tem o intuito de afetar tanto o âmbito pessoal quanto comunitário, trazendo benefícios para todos.

Segundo a definição proposta anteriormente a educação financeira permite ao indivíduo conhecer os diferentes aspectos do sistema financeiro. Aspectos estes que englobam: psicologia do consumidor e sua relação com o dinheiro; padrões de consumo; planejamento e orçamento pessoal ou familiar; uso de crédito e administração de dívidas; poupança e investimento; prevenção e proteção; comportamento do dinheiro no tempo (BRASIL, 2013).

O termo Educação Financeira também é abordado como *Financial Literacy* nos textos em língua inglesa, que pode ser traduzido livremente como "Alfabetização Financeira", o que remete diretamente à aquisição de um conhecimento essencial para a interação do indivíduo com o mundo.

Adicionalmente, é interessante citar outra definição para o termo cunhado pela OCDE em 2005, que identifica o bem-estar como um dos principais resultados do processo educativo:

O processo pelo qual consumidores/investidores melhoram seu entendimento dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, por meio de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolver as habilidades e confiança para se tornar mais ciente dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informações, para saber onde procurar ajuda e tomar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005).

Dada as diferentes abordagens e definições, Remund (2010) defende a necessidade de haver um consenso na definição do termo. Para o autor, uma definição clara e de uso amplo pode melhorar futuras pesquisas. Defende também que a definição deve ser operacional além de conceitual, pois assim permitiria a criação de parâmetros que possam “medir” a educação financeira de um indivíduo e por sua vez acompanhar seu avanço no tema. Seu estudo inclui uma extensa revisão bibliográfica para abordar os diferentes aspectos da educação financeira do ponto de vista de diferentes acadêmicos. Como ponto de partida, o autor cita que a estratégia nacional norte-americana foi lançada sem uma definição clara de educação financeira, sendo oficialmente adotada no ano de 2009, e que países como Austrália, Reino Unido e Canadá utilizam definições conceituais similares às norte-americana: “Educação Financeira significa ter conhecimentos, habilidades, e confiança para tomar decisões financeiras responsáveis.” Em seu estudo, o autor sugere a seguinte definição de forma a tornar o tema mais facilmente mensurável:

Educação Financeira é uma medida do grau em que um indivíduo entende conceitos financeiros chave e possui a capacidade e confiança para gerenciar finanças pessoais através de tomadas de decisão adequadas de curto prazo e de planejamento financeiro de longo-prazo, enquanto consciente de eventos de vida e mudanças nas condições econômicas. (REMUND, 2010).

Em suma, a definição que este trabalho adotará é que a educação financeira é um ferramental que auxilia o indivíduo a interagir com o mundo à sua volta, utilizando de maneira racional o sistema financeiro e através dele gerando bem-estar para si próprio e para os demais, mesmo que indiretamente.

No contexto de economias capitalistas e considerando a escassez dos recursos, aprender a gerenciar um recurso de grande importância, que é o capital, é um dos fatores essenciais para o sucesso financeiro e de bem-estar econômico dos agentes. Desde a sobrevivência até o lazer, o dinheiro serve para colocar em prática diversas escolhas de um indivíduo sendo capaz, inclusive, de promover melhorias em seu estilo de vida. Ao não desenvolver a habilidade do bom gerenciamento

financeiro, o indivíduo passa a ter menos oportunidades de tomar as melhores decisões, do seu próprio ponto de vista, para sua vida.

Como já citado, a OCDE ressalta o bem-estar financeiro como resultado da educação financeira. Segundo a declaração universal dos direitos humanos (DUDH, 1948), todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar. A partir destas afirmações podemos argumentar que a educação financeira é uma forma de contribuir para esse direito essencial.

No ano de 2009, a OCDE começou a trabalhar com as estratégias nacionais para educação financeira, integrando seu projeto de educação financeira como um complemento às medidas de inclusão e proteção do consumidor, visando fortalecer o desenvolvimento e estabilidade financeira (OCDE/INFE, 2015). Anteriormente, se tratava apenas de uma conscientização para que os governos nacionais abordassem o tema, e a partir de 2009 foi lançado um questionário socioeconômico que visa “guiar” os governos na criação de suas estratégias. Segundo lista divulgada pela OCDE em 2013, 45 países haviam criado sua própria estratégia nacional ou tinham iniciado discussão sobre a criação da mesma.

Figura 1 - ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA – SETEMBRO/2013



ESTRATÉGIA NACIONAL	QUANTIDADE	PAÍSES
Países que implementaram uma estratégia nacional	20 (7 G20)	Australia, Brazil, Czech Republic, El Salvador, Estonia, Ghana, Ireland, Japan, Malaysia, Netherlands, New Zealand, Nigeria, Portugal, Singapore, Slovenia, South Africa, Spain, United Kingdom, United States, Zambia
Países com projeto da estratégia em estado avançado	25 (7 G20)	Armenia, Canada, Chile, Colombia, India, Indonesia, Israel, Kenya, Korea, Latvia, Lebanon, Mexico, Malawi, Morocco, Peru, Poland, Romania, Russian Federation, Serbia, Sweden, Tanzania, Thailand, Turkey, Uganda, Uruguay
Países que estão considerando uma estratégia nacional	5 (all G20)	Argentina, China, France, Italy, Saudi Arabia

FONTE: OCDE (2013)

Cada país deve identificar áreas em que a falta de alfabetização financeira gera problemas e definir quais objetivos devem ser atingidos e quais políticas serão usadas para alcançá-los. Em alguns casos há a preocupação com o sistema previdenciário e esta política é usada para dar suporte a uma reforma neste sistema, em outros o objetivo é fortalecer poupanças e investimentos de longo prazo e ajudar indivíduos endividados. Independente dos objetivos específicos, as estratégias nacionais promovem a melhoria da educação financeira visando promover melhores

tomadas de decisão e assim melhorar o bem-estar das pessoas (OCDE/INFE, 2015).

2.2 ASPECTOS DA APRENDIZAGEM

Um dos principais desafios que as autoridades têm encontrado na implementação de suas estratégias nacionais é achar uma forma de melhorar as atitudes e comportamentos da população relacionados a finanças. Este é um ponto importante do uso dessas políticas nas escolas, pois a aprendizagem de temas relevantes em idade escolar pode influenciar os hábitos dos indivíduos ao se tornarem adultos.

Proporcionar educação financeira no ensino médio também pode melhorar o bem-estar, não apenas entre os jovens, mas sobre o curso de vida de todos. (MITCHELL; LUSARDI, 2015).

O levantamento feito pela OCDE (OCDE/INFE 2015) mostra que o público-alvo dessas políticas educacionais em escala decrescente de importância são: jovens, mulheres, grupos de baixa renda, idosos, pequenas e médias empresas, imigrantes e em alguns países pessoas que vivem em região rural. Ao menos 27 economias introduziram educação financeira nas escolas, dentre as quais se encontra o Brasil.

No Reino Unido, por exemplo, existe o *Money Advice Service* (Serviço de aconselhamento sobre dinheiro), uma organização criada pelo governo que tem como objetivo ajudar as pessoas a evitar entrar em dívidas incontrolláveis, mas, para aqueles que o fazem, fornecem aconselhamento gratuito sobre dívidas. No ano de 2013 a instituição publicou um artigo de redigido por pesquisadores da Universidade de Cambridge especializados em primeira infância e pré-escolares, intitulado *Formação do Hábito e Aprendizado em Crianças Pequenas (Habit Formation and Learning in Young Children)* (WHITEBREAD; BINGHAM, 2013). O artigo versa sobre a importância de se iniciar cedo o ensino sobre temas relevantes para formar hábitos que serão mantidos em idade adulta.

O referido artigo apresenta estudos que servem de base para fundamentar que crianças muito novas, mesmo antes dos sete anos de idade, são capazes de aprender sobre o mundo, seu ambiente específico e se desenvolver como aprendizes. Eles apresentam que crianças possuem dois principais métodos de

aprendizado, imitação e indução, o primeiro se dá simplesmente em observar e imitar comportamentos e ações de pessoas à sua volta já o segundo se baseia no reconhecimento de padrões para construir uma concepção de mundo, como por exemplo, a percepção de sons e imagens e assim que esses padrões são assimilados eles servem de base para diferenciar novas experiências e informações. Segundo os psicólogos Costa e Kallik (2008 citado por WHITEBREAD, BIGHAM, 2013) os hábitos ou tendências comportamentais podem ser cultivados nas crianças visto que não é necessário esforço por parte da criança para iniciá-los ou sustentá-los, tais hábitos podem incluir inclinações ao assumir riscos, persistência, controle de impulsividade e pensar de maneira diferente durante situações de solução de problemas.

Whitebread e Bingham (2013) destacam que dentro deste processo de aprendizagem existem diferentes aptidões desenvolvidas no cérebro da criança. Funções Executivas¹ que servem para controlar o uso e aplicação do conhecimento adquirido nos campos cognitivo, emocional e motivacional, dos quais a inibição (capacidade de frear reações instintivas), flexibilidade de atenção (usada na aplicação de regras e ideias) e memória de trabalho (capacidade de manter uma informação armazenada enquanto a mesma ainda está sendo processada pelo cérebro) podem ser consideradas as mais importantes por serem vitais para o desenvolvimento de capacidades de auto regulação e metacognição as quais permitem que o aprendizado se torne mais eficaz. A metacognição é capacidade de se refletir sobre o aprendizado e aplicar o resultado destas reflexões, ou seja, aprender a aprender, Watkins (2001 citados por WHITEBREAD, BIGHAM, 2013) sugere que a metacognição consiste em: tornar a aprendizagem um objeto de atenção; tornar o aprendizado um objeto de conversação; tornar a aprendizagem um objeto de reflexão; tornar a aprendizagem um objeto de aprendizagem. Um processo metacognitivo, por exemplo, se dá quando a criança usa de diferentes estratégias para realizar determinada tarefa e “monitora” quão bem está se saindo ao realizá-la, com o passar do tempo estes processos se acumulam e se tornam automáticos e

¹ O dicionário da *International Neuropsychological Society* define funções executivas como “as habilidades cognitivas necessárias para realizar comportamentos complexos dirigidos para determinado objetivo e a capacidade adaptativa as diversas demandas e mudanças ambientais” (Loring, 1999, p. 64).

mais eficientes quando são mais praticados e são familiares, quando tarefas novas são tentadas o processamento passa a ser consciente, mas em sua maioria a metacognição acontece de maneira inconsciente. Withebread e Bingham (2013) dizem ainda que o desenvolvimento na metacognição, linguagem, controle e consciência motivacional nos primeiros sete anos de vida permitem que as crianças aprendam deliberadamente, como são exigidas na educação formal.

No entanto, seria um erro atrasar a introdução de importantes ideias para crianças até que este estágio chegue (sete anos de idade). Como temos visto, um importante aprendizado pode ocorrer através de experiências e de maneira lúdica para crianças mais novas, tanto em atividades independentes quanto através de interações com adultos. (WHITEBREAD; BINGHAM, 2013).

Mesmo que crianças menores de sete anos não consigam assimilar conceitos mais complexos de finanças, Withebread e Bingham (2013) defendem que elas precisam ter um primeiro contato encorajado por um adulto, fazer algo com os pais ou participar do “mundo adulto” dá significado e motiva a criança e esta é a motivação emocional e social para manter o comportamento. Alguns conceitos básicos para se desenvolver o conhecimento sobre finanças são normalmente adquiridos até os sete anos de idade e outros mais complexos são desenvolvidos mais tarde, segundo o artigo:

- Contagem (2-3 anos)
- Conceito de Igualdade (5 anos)
- Conceito de Troca e Equivalência (5-7 anos)
- Conceito de Valor (7 anos)
- Conceito de Renda (Pré-adolescência)
- Planejamento e Conceito de Futuro (4-10 anos)

Para cada conceito e habilidade acima são apontadas possíveis intervenções para o desenvolvimento das mesmas.

Withebread e Bingham (2013) apontam que até que as funções executivas das crianças se tornem mais sofisticadas elas não conseguem planejar e aguardar gratificações, duas habilidades importantes para finanças e conceitos como poupança. Em sua conclusão apontam que apenas o ensino de educação financeira

não é eficaz para a formação ou mudança de hábitos, porém defendem que situações precisam ser construídas para que a criança experimente o processo, em vez de apenas ser informada sobre isso, são as abordagens básicas discutidas e demonstradas por pais e outros adultos importantes, que provavelmente irão influenciar e inculcar hábitos e práticas eficientes em relação a finanças.

No entanto, existem abordagens e habilidades básicas que podem ser modeladas, discutidas e demonstradas por pais com crianças pequenas, como os benefícios básicos e as ferramentas de compartilhamento, poupança e compra que inculcarão hábitos e práticas eficientes. (WHITEBREAD, BIGHAM, 2013, p. 21)

Grody et al. (2008) ressaltam que não há nada de impróprio na educação financeira que a impeça de ser lecionada cedo, inclusive reforça que adiar seu ensino é inapropriado pois as crianças adquirem informações sobre finanças pessoais de fontes externas e que algumas podem estar incorretas ou serem enganosas, além da possibilidade de evasão escolar antes de ter qualquer tipo de contato com a educação financeira.

A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas. (OCED, 2005, p5)

Visando o objetivo deste trabalho, serão abordados apenas os casos de implementação de Educação Financeira em escolas e os diferentes aspectos dos países apresentados.

3 CASOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PELO MUNDO

Serão verificados casos que estão em andamento em alguns países com economias desenvolvidas, como os Estados Unidos que já possui um histórico de disciplinas relativas a educação financeira (SAITO, 2007), Inglaterra que passou a ter a educação financeira como disciplina obrigatória em seu currículo escolar, e também a Austrália, que está entre os melhores índices de educação no mundo segundo índice das Nações Unidas (ONU, 2019) e aborda o assunto mais cedo em faixas etárias mais baixas. Adicionalmente, para fazer um comparativo mais próximo à realidade do Brasil será estudado também o caso da Índia.

3.1 EUA

Saito (2007) cita que segundo Bernheim, Garrett e Maki (1997), no país, 29 estados — do total de 50 estados e um distrito (Distrito de Columbia) existentes nos EUA — entre 1957 e 1985, tornaram a educação de consumo obrigatória nas escolas secundárias, e 14 estados também inseriram finanças pessoais com o objetivo de preparar os jovens para a vida adulta. Percebe-se, portanto, a inclusão da educação financeira no sistema de ensino nos Estados Unidos já nesse período. Segundo Bell e Lerman (2005) em 2002, 48 estados e o distrito de Columbia possuíam em sua grade a disciplina de economia, e 31 a disciplina de finanças pessoais.

Apesar de já haverem casos de educação financeira em escolas nos Estados Unidos da América, uma estratégia de educação financeira em âmbito nacional foi lançada apenas no ano de 2011, isso se deve ao fato de os EUA serem uma República Federativa onde os estados possuem legislações diferentes entre si e possuem autonomia para definir suas próprias políticas de educação (EUA, 2019). Esta estratégia nacional foi formulada pela Comissão de Alfabetização e Educação Financeira (*Financial Literacy and Education Commission – FLEC*) (FLEC, 2016). No ano de 2016 houve uma atualização da estratégia que havia sido criada em 2011 nos Estados Unidos, a figura a seguir mostra a missão, visão e objetivos da estratégia nacional de educação financeira atualizada.

Quadro 1 - PROMOVENDO O SUCESSO FINANCEIRO NOS ESTADOS UNIDOS

MISSÃO			
Bem-estar financeiro sustentável para todos os indivíduos e famílias dos EUA			
VISÃO			
Definir uma direção estratégica para políticas, educação, práticas, pesquisas e coordenação para que os indivíduos e famílias dos EUA possam tomar decisões financeiras bem informadas			
OBJETIVOS			
Aumentar a conscientização e acesso a educação financeira eficaz	Determinar e integrar competências financeiras centrais	Melhorar a infraestrutura de educação financeira	Identificar, realçar e compartilhar práticas efetivas
Garantir que indivíduos e famílias estão conscientes da importância da educação financeira e tenham acesso a recursos de educação financeira.	Determinar o conhecimento financeiro pessoal e habilidades que indivíduos e famílias precisam usar nos diferentes estágios da vida para tomar decisões financeiras bem informadas. Integrar essas competências em programas e recursos eficientes.	Desenvolver orientações, treinamento e canais para os provedores de educação financeira. Promover oportunidades para parcerias e compartilhamento de informações.	Dar suporte à pesquisa e avaliação para identificar programas e práticas efetivas. Encorajar a implementação e reprodução programas e práticas baseadas em evidências para indivíduos e organizações.

FONTE: (FLEC, 2016)

Segundo FLEC (2016) as áreas de atuação definidas na visão da estratégia nacional são influenciadas por todos os agentes envolvidos na educação financeira, desde o governo e organizações federais e estaduais, até a comunidade e escolas que ajudam a garantir que toda a população seja alcançada por essa política.

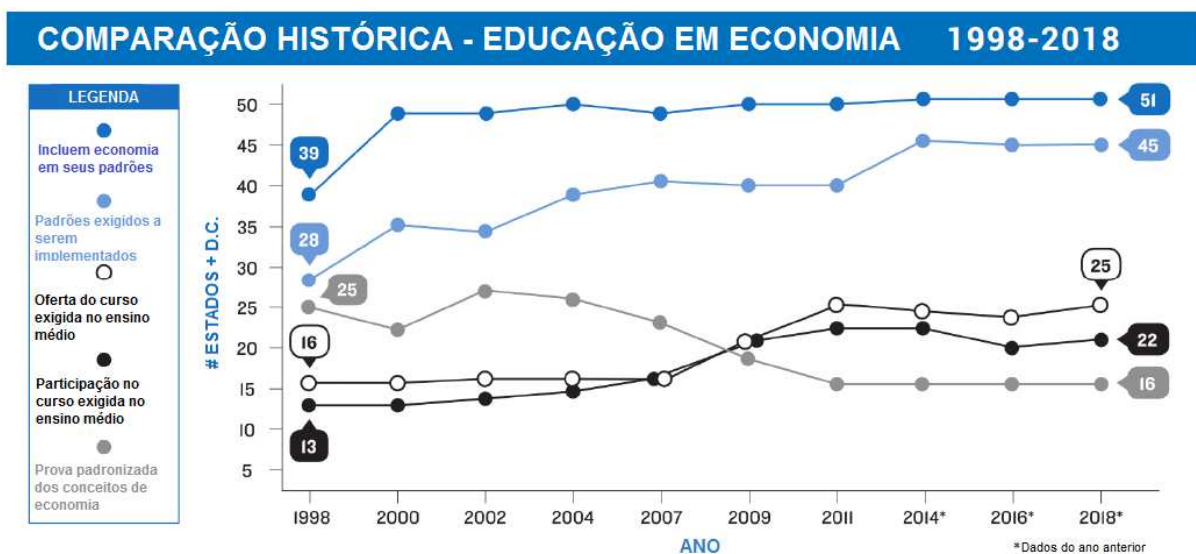
Como a missão da estratégia dos Estados Unidos é ampla ao colocar como alvo o bem-estar financeiro de todos os indivíduos do país ela não define um público alvo específico, porém destaca o foco estratégico no programa intitulado Começando Cedo para o Sucesso Financeiro – “*Starting Early for Financial Success*” – o qual teve início em 2012, apesar de possuir programas que atingem adultos;

jovens e crianças; pequenas empresas e empreendedores; e até programas específicos para escolas e educadores.

Durante a infância e a adolescência, existem importantes “janelas de oportunidade” de desenvolvimento quando os jovens são tipicamente, e mais prontamente capazes, de aprender uma habilidade ou comportamento financeiro particular. E a aquisição desses fundamentos ou “blocos de construção” pode, então, levar os jovens a um caminho para o desenvolvimento auto-reforçado da confiança financeira, habilidades e gerenciamento de dinheiro bem-sucedido. (FLEC, 2016, p.5-6).

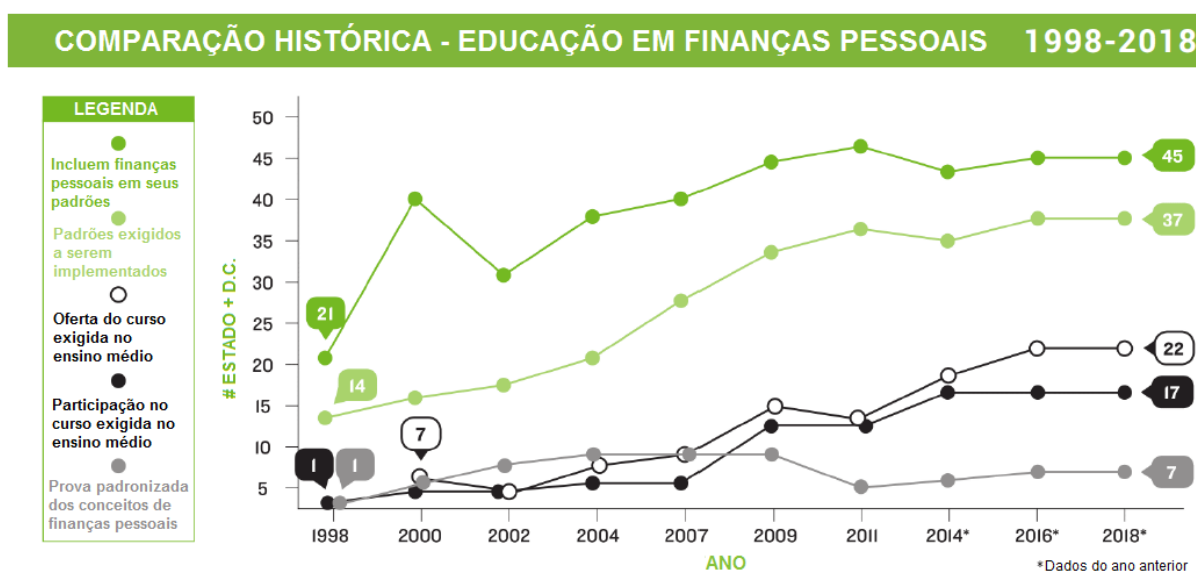
Uma organização sem fins lucrativos chamada Conselho para Educação Econômica – *Council for Economic Education*, que há 70 anos tem como missão a educação financeira de crianças desde o jardim de infância até o ensino médio realiza estudos frequentes da oferta de disciplinas de educação financeira nas escolas dos Estados Unidos. Nos gráficos apresentados a seguir demonstram essa evolução nos últimos anos divididos em duas disciplinas: economia e finanças pessoais.

Gráfico 1 - HISTÓRICO DO CURSO DE ECONOMIA - EUA



FONTE: COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION (2018)

Gráfico 2 - HISTÓRICO DO CURSO DE FINANÇAS PESSOAIS - EUA



FONTE: COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION (2018)

Se nota que apesar de a estratégia nacional ser algo recente, o tema já era abordado anteriormente em alguns estados de maneira obrigatória ou não.

O FLEC (2016) reconhece que apenas o conhecimento financeiro não gera mudanças nas atitudes dos agentes. Explicam que para diminuir a distância entre as intenções e ações financeiras tomadas, foram incluídas na educação financeira

algumas intervenções que ensinam a aplicar as habilidades adquiridas. Mandell (2005) citado por Savoia, Saito e Santana (2007) destaca que a inserção dos programas de educação financeira no sistema de ensino ocasionou a ampliação da propensão de poupar nos estudantes norte-americanos.

Atualmente a educação financeira não é obrigatória em todo território nacional.

3.2 INGLATERRA

Nos países que formam o Reino Unido — Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte — a educação financeira é facultativa no currículo escolar desde 2001 e, portanto, não havia nenhuma exigência legal para lecioná-la nas escolas. Na Inglaterra, por exemplo, a educação financeira não possuía status de disciplina regular segundo England e Chatterjee (2005). Em Novembro de 2003 a *Financial Services Authority* – Autoridade de Serviços Financeiros lançou uma iniciativa de desenvolvimento e implantação de uma estratégia nacional de educação financeira, segundo o chefe executivo da FSA John Tiner uma população com habilidade de tomar melhores decisões financeiras gera benefícios para todos, pois se torna menos provável passar dificuldades financeiras e depender de benefícios do governo e para a indústria de serviços financeiros o benefício se dará por negociar com consumidores competentes e confiantes (FSA, 2004). O quadro abaixo mostra a definição da visão e objetivos da estratégia nacional inglesa lançada pela FSA:

Quadro 2 - VISÃO E OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA INGLESA

VISÃO		
Compartilhamos uma visão de que cidadãos melhor informados, educados e mais confiantes, são capazes de assumir maior responsabilidade por seus assuntos financeiros e desempenhar um papel mais ativo no mercado de serviços financeiros.		
OBJETIVOS		
Nosso objetivo é dar às pessoas as habilidades e conhecimentos que eles precisam para tomarem decisões sobre o seu dinheiro, para que eles possam assumir o controle de suas finanças e demandar melhores serviços da indústria.	Nós faremos isso de uma maneira que as pessoas possam entender, em um momento e lugar que seja mais útil para eles.	E nós faremos isso de uma maneira que reconheça as diferentes circunstâncias financeiras das pessoas.

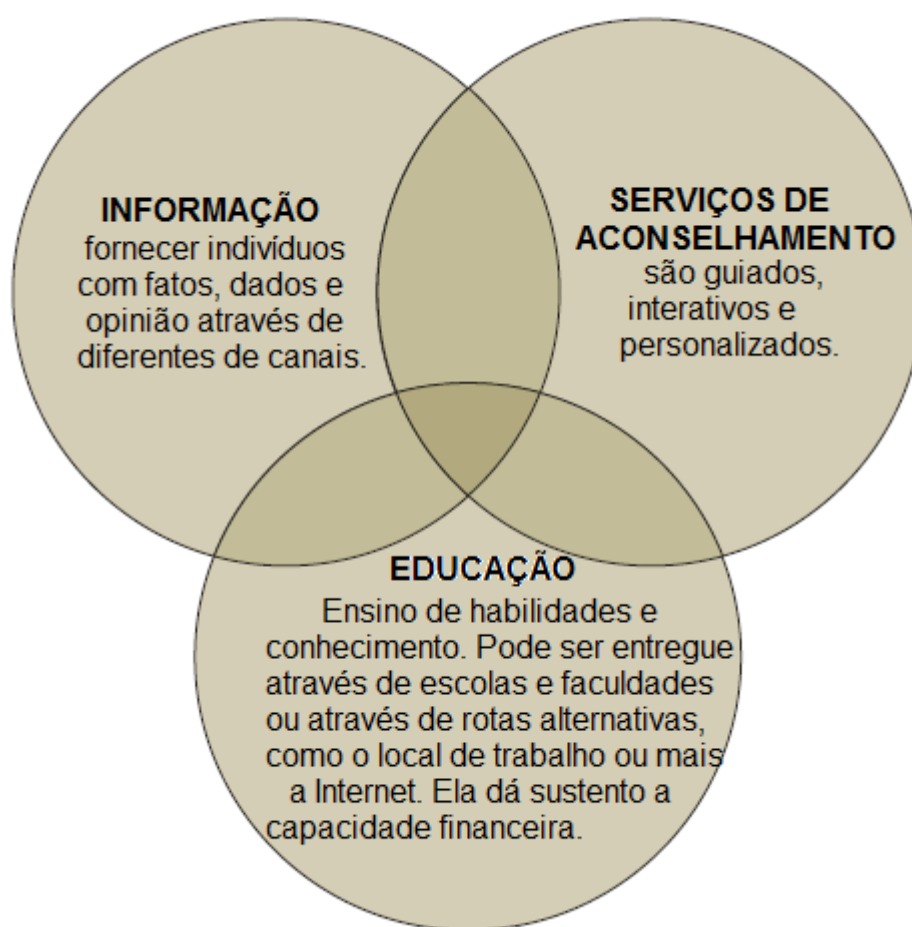
FONTE: FSA (2004)

Para atingir os objetivos acima a FSA (2004) destacou sete prioridades a serem atendidas pela estratégia nacional:

- Aposentadoria
- Escolas
- Jovens Adultos
- Famílias
- Trabalho
- Empréstimos
- Informações / Conselhos

Cada uma dessas prioridades apontadas pela FSA tem o intuito de fornecer ferramentas para um determinado período de vida da população e fornecer ferramentas para as tomadas de decisão. A iniciativa de capacitação financeira da população proposta pela FSA (2004) pretende usar maneiras diferentes de abordagem. Isso incluirá o uso de educação, informação e aconselhamento: conforme figura abaixo:

Figura 2 - ABORDAGENS DA ESTRATÉGIA INGLESA



FONTE: FSA (2004)

Em 11 de setembro de 2013 o departamento de educação do Reino Unido introduziu a educação financeira como parte obrigatória do currículo escolar nacional a partir de 2014 (REINO UNIDO, 2013). O tema foi inserido dentro do programa de cidadania para alunos entre 11 e 16 anos. O programa de cidadania tem como

objetivo preparar os alunos a se tornarem cidadãos responsáveis com conhecimentos sobre governo, democracia, sistema legal, problemas sociais e como administrar seu dinheiro e tomar decisões financeiras sólidas. Na grade inglesa existe o *Key Stage 3* que engloba desde o oitavo ano até o décimo e corresponde à alunos de 11 a 14 anos, para essa faixa etária o programa tem como conteúdo de educação financeira: funções e uso do dinheiro; importância e prática de fazer um orçamento; e gerenciamento de risco. No *Key Stage 4* que atende aos décimo e décimo primeiro anos com alunos de 14 à 16 anos de idade o conteúdo do programa aborda sobre educação financeira: receitas e despesas; crédito e débito; seguros; poupança e pensões; produtos e serviços financeiros; e como dinheiro público é obtido e gasto. Porém o currículo nacional não é obrigatório para todos. O sistema de ensino na Inglaterra possui diferentes tipos de escolas, as escolas particulares não precisam seguir as diretrizes do currículo nacional e dentre as públicas existem algumas que possuem autonomia para definir seu próprio currículo como *Free Schools* e *Academies*, ou seja, apesar de fazer parte do currículo nacional de ensino a educação financeira nas escolas não atinge todos os alunos (REINO UNIDO, 2019). Porém o *Money Advice Service* divulgou em novembro de 2018 um infográfico que divulga os números da educação financeira nas escolas de segundo grau da Inglaterra, onde 92% das escolas consideram parte de seu papel ajudar os alunos a desenvolverem habilidades financeiras e 72% gostariam de aumentar a oferta de educação financeira, os dados apresentam também que mesmo as escolas que apresentam o tema fazem isso com baixa frequência e em 76% das escolas abordam através da disciplina de matemática, 45% através do estudo de negócios e 14% estudam economia (THE MONEY ADVICE SERVICE, 2018).

3.3 AUSTRÁLIA

O governo australiano iniciou uma força tarefa para a educação financeira do consumidor em agosto de 2004 que culminou na criação da *Financial Literacy Foundation* em junho de 2005 com a intenção de capacitar os australianos para melhor entender o gerenciamento e riscos financeiros a assim aproveitar o crescimento da competição e possibilidades de escolhas dentro do sistema financeiro (AUSTRÁLIA, [200?]), à partir disso se iniciou uma estratégia nacional que veio ser oficializada em março de 2011. Ainda neste primeiro momento os esforços

se dariam em promover campanhas nacionais para informação, criação de um website, educação financeira nas escolas e uma abordagem estratégica do tema. Nas escolas o tema começou a ser abordado a partir de 2005 e se tornou parte integrante do currículo escolar em 2008 desde o jardim de infância até o décimo ano que é o último ano obrigatório da grade australiana, trabalhando o entendimento de dinheiro nos primeiros anos do primário, alfabetização do consumidor nos últimos anos do primário, finanças pessoais nos primeiros anos do secundário e gestão do dinheiro nos últimos anos do secundário.

Em 2008 a *Financial Literacy Foundation* passou a ser responsabilidade da *Australian Securities and Investments Commission* - ASIC à qual o governo solicitou a preparação oficial de uma estratégia nacional para educação financeira (ASIC, 2011). A estratégia australiana está fundamentada em quatro elementos principais:

- Usar dos caminhos educacionais para construir educação financeira
- Fornecer aos australianos informações confiáveis e independentes, e suporte contínuo
- Alcançar uma mudança comportamental positiva
- Trabalhar em parceria e promover boas práticas

A ASIC (2011) destaca que o pilar para uma mudança no conhecimento, atitudes e comportamento geracional de longo prazo é a introdução da educação financeira nas escolas, por isso este é o maior foco da estratégia australiana. Concomitantemente à estratégia estava sendo executado um projeto piloto em *Queensland* e *Northern Territory* que visava que os alunos explorassem desejos e necessidades, receitas e orçamento de uma maneira mais práticas, o documento não detalha o funcionamento do projeto nem seus resultados mas diz que os comentários da equipe, alunos e pais foram positivos. Um novo plano de ação, com uma janela de três anos feito a partir da estratégia de 2011 e fundamentado em uma consulta feita com mais de 200 envolvidos no tema, foi lançado pela ASIC em 2014. Neste documento é ressaltada a importância de prepara a próxima geração através do sistema de ensino e reforça uma abordagem fundamentada no currículo escolar, aumentar o número de professores que realizem um treinamento disponível no site

da ASIC, desenvolver novos recursos para alunos e professores e aumentar a confiança e engajamento dos professores sobre o tema.

Progresso constante foi feito desde o lançamento da Estratégia de 2011 com o crescimento do número de estudantes australianos, desde o *Foundation* até o décimo ano sobre gestão de dinheiro através de áreas curriculares como matemática, ciências e inglês. (ASIC, 2014).

A Austrália aproveitou um momento de transição em seu sistema de ensino no período entre 2011 e 2013, onde estava sendo criado um currículo que seria adotado em todo o país, para incluir definitivamente o tema nas escolas (ASIC, 2011).

Atualmente o programa que dá suporte às escolas australianas em relação a educação financeira apresenta números com mais de 6.000 escolas que utilizam os recursos de ensino disponibilizados pela ASIC e 90% dos professores reportaram um aumento em sua capacidade de lecionar educação financeira e os alunos que participaram do programa mostraram maior conhecimento de alfabetização financeira (ASIC, 2017).

3.4 ÍNDIA

Como mencionado na introdução deste capítulo a Índia foi escolhida estrategicamente por ter uma economia mais similar ao Brasil, em relação às citadas anteriormente. Além de ambos os países possuírem economias em desenvolvimento, eles se assemelham em tamanho do PIB, população, desigualdade (representado pelo coeficiente de desigualdade humana) e IDH. Segundo dados mais recentes do Banco Mundial (2018) os PIB do Brasil e Índia são 2,055 trilhões de dólares correntes e 2,597 trilhões de dólares correntes respectivamente, os quais ocupam o 8º e 6º lugar entre as maiores economias do mundo, entre as dez primeiras apenas Brasil, Índia e China não são considerados países desenvolvidos. As populações do Brasil e Índia são respectivamente 209,9 milhões e 1,399 bilhão de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2018). O IDH, por sua vez, é de 0,759 no Brasil (79ª colocação) e 0,640 na Índia (130ª colocação), já o coeficiente de desigualdade humana a semelhança é maior, onde Brasil apresenta coeficiente de 23,2 e Índia 26,3 (PNUD, 2018), para uma compreensão do dado e comparação, o país que apresenta o menor coeficiente de desigualdade é o Japão com 3,6 e o

maior é Comores com 44,2, a Noruega que apresenta o IDH mais elevado do mundo tem coeficiente de 7,9 (PNUD, 2018).

Esse tipo de comparação entre países com estruturas econômicas mais semelhantes se faz importante para melhor análise dos dados que serão apresentados posteriormente.

Em 2012 a Índia lançou oficialmente sua estratégia nacional para educação financeira com a ideia de unificar os esforços já existentes na nação. O Banco Central Indiano (*Reserve Bank of India – RBI*) ao publicar a estratégia nacional ressaltou sua importância pelo fato de a Índia ser um país com grande população, uma economia em rápido crescimento com o foco em crescimento inclusivo e a necessidade de desenvolver um sistema financeiro vibrante e sustentável (RBI, 2012). Dentre os benefícios citados pelo RBI (2012) se destaca o *Spill-Over* positivo que se espera deste tipo de política gerando um efeito multiplicador na economia, segundo o órgão a educação financeira pode produzir a criação de uma poupança regular das famílias que por sua vez podem virar investimentos que gerem renda para as mesmas, o bem-estar dos indivíduos por sua vez aumenta o bem estar da sociedade.

Abaixo é apresentada a visão, missão e objetivos da estratégia indiana:

Quadro 3 - VISÃO, MISSÃO E OBJETIVOS - ÍNDIA

VISÃO		
Uma Índia financeiramente consciente e capacitada		
MISSÃO		
Empreender campanha massiva de Educação Financeira para ajudar as pessoas gerir o dinheiro de forma mais eficaz para alcançar o bem-estar financeiro, acessando produtos e serviços financeiros adequados através de entidades regulamentadas com mecanismos justos e transparentes para proteção do consumidor e reparação de queixas.		
OBJETIVOS		
Conscientizar e educar os consumidores sobre o acesso a serviços financeiros, disponibilidade de vários tipos de produtos e suas características.	Mudar as atitudes para traduzir conhecimento em comportamento.	Fazer com que os consumidores entendam seus direitos e responsabilidades como usuários de serviços financeiros.

FONTE: RBI (2012)

Inicialmente a estratégia indiana definiu um prazo de cinco anos para ser implantada e traçou seis planos de ação para atingir os objetivos citados no quadro acima, dentro destes planos de ação está incorporar educação financeira básico no currículo escolar para alunos do *Senior Secondary Level* os dois últimos anos escolares na Índia com jovens entre dezesseis e dezoito anos. Para o RBI (2012) a educação financeira é uma importante habilidade de vida, sem a qual a educação não é completa, tendo isto em vista isto e o fato de muitos jovens na Índia não terem oportunidades de estudo após o período escolar, principalmente as meninas, a inclusão da educação financeira no currículo pode ser a última oportunidade formal de se obter educação financeira.

Anexo à estratégia foram listados os tópicos a serem incluídos no currículo escolar e seus desdobramentos:

- Dinheiro
- Economia familiar
- Sistema bancário
- Investimento
- Aspectos comportamentais
- Planejamento financeiro
- Seguros
- Aposentadoria e planejamento patrimonial
- Mercado de títulos
- Uso de tecnologia
- Fraudes financeiras
- Empréstimos
- Proteção ao consumidor e mecanismos de queixas
- Impostos
- Importância e manutenção de registro financeiro

Visto alguns exemplos de estratégias internacionais que vêm sendo utilizadas e sua aplicabilidade, será apresentada a seguir para a abordagem brasileira ao tema.

4 CASO BRASILEIRO

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) brasileira foi publicamente lançada em agosto de 2011 em uma entrevista coletiva do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

A ENEF é uma mobilização incentivada pelo governo federal que promove ações relacionadas à educação financeira para a população brasileira. O objetivo da ENEF é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que

ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes, segundo o site Vida e Dinheiro (2019).

Como fundamento e justificativa para a criação da ENEF brasileira o grupo de trabalho do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), criado pelo Decreto de Lei nº5685/2006, apresentou dados que mostram a mudança socioeconômica que o Brasil vem passando nas últimas décadas como migração de parte da população para a classe média, diminuição da faixa populacional em extrema pobreza, aumento da expectativa de vida, mudança na distribuição de renda, e ressalta que tais mudanças afetam o padrão de consumo, poupança e investimento. Além destes fatores houve aumento na oferta de crédito e serviços financeiros ao alcance da população, fazendo com que as decisões a serem tomadas necessitem de maior informação e conhecimento. O documento do Banco Central do Brasil (BACEN, 2012) ressalta também que no Brasil existe uma questão cultural devido ao passado recente de elevados níveis de inflação. O reajuste diário, quando não mais de uma vez ao dia, proporcionou a intensificação de um padrão de consumo imediatista.

Para poder definir as reais necessidades a serem abordadas pela ENEF o CONEF utilizou três fontes de informação: Pesquisa Nacional de Educação Financeira (conduzida pela Data Popular em parceria com a BM&F Bovespa), experiências de outros países, e dados de consumidores coletados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil (BACEN, 2012). A pesquisa nacional mostrou que a educação financeira no Brasil é baixa: as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram a se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes. Para ilustrar, 36% dos entrevistados informaram ter perfil de tipo gastador e apenas 31% poupam para a aposentadoria. Foi observado que a renda familiar está sendo alocada em sua maior parte para o consumo, o que torna as taxas de poupança baixas, afetando diretamente a economia nacional.

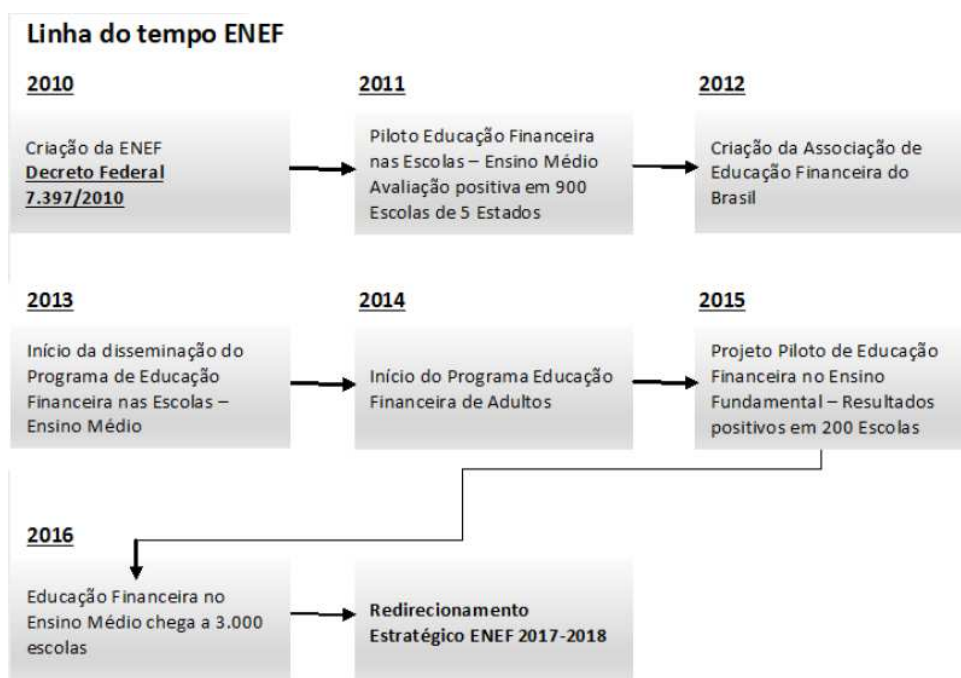
A partir deste levantamento de dados foram definidos nove temas: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros,

investimentos, previdência social, seguros, capitalização, e proteção e defesa do consumidor.

Após a fase de pesquisa foram mapeadas iniciativas que abordavam os temas propostos e tinham como agentes a iniciativa privada, ONG e setor público, porém as mesmas não eram coordenadas entre si. Neste primeiro momento o site Vida e Dinheiro (2019) – site oficial da ENEF – identificou 64 iniciativas com a temática de educação financeira no Brasil. Um novo mapeamento foi feito em 2013, com coordenação da AEF-Brasil, como apresentado no Relatório Estatístico ENEF (, o qual identificou 803 iniciativas de educação financeira, das quais aproximadamente 40% (317 iniciativas) se cadastraram voluntariamente em um formulário disponível no site Vida e Dinheiro (2019).

Para visualizar o andamento da estratégia nacional brasileira é demonstrada abaixo uma linha do tempo com os principais momentos de implementação desta política pública.

Figura 3 - LINHA DO TEMPO ENEF



FONTE: BRASIL (2013)

Através da figura acima se verifica como se deu esse processo de implementação até os dias atuais, desde o decreto de lei que originou a ENEF,

passando por projetos pilotos em escolas até um redirecionamento estratégico da política. A seguir serão detalhadas algumas dessas etapas.

4.1 A ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Estabelecida pelo Decreto Presidencial nº 7.397/2010 a ENEF brasileira é baseada em uma ação conjunta dos setores público e privado, para isso sua gestão é centralizada e execução descentralizada. Um processo de consulta foi feito entre agentes do sistema financeiro nacional e agentes interessados no tema para, a partir desta consulta definir as diretrizes que regem a ENEF, as quais são:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

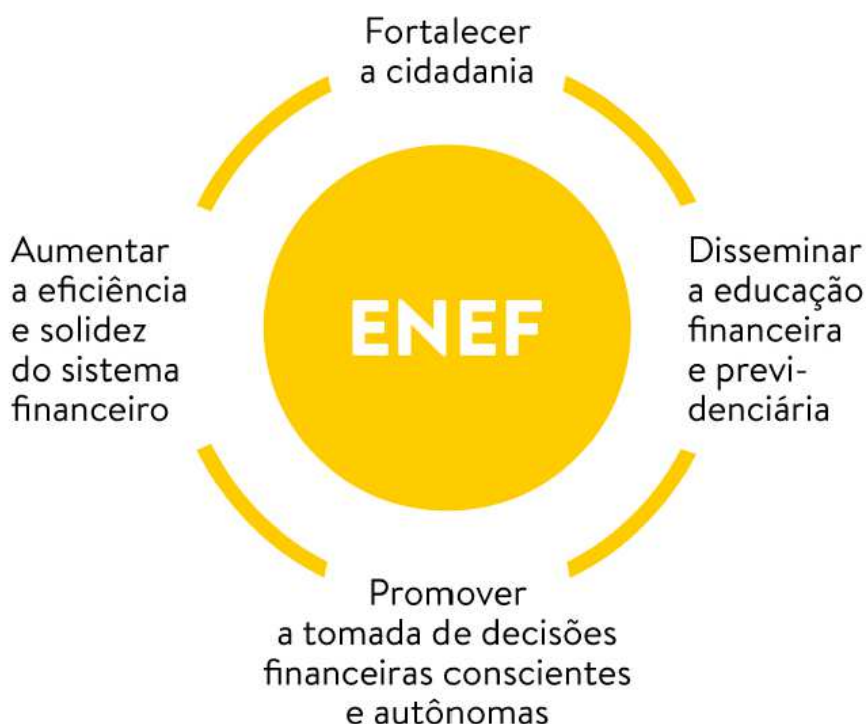
Figura 4 - DESTAQUES DAS DIRETRIZES DA ENEF



FONTE: INFOGRAFICO (2018)

Vale ressaltar que desde que foi instituída a ENEF tem caráter permanente e atua em âmbito nacional devido a relevância do tema, porém não define nenhuma atividade obrigatória. Da mesma forma, a ENEF busca alcançar os seguintes objetivos, também definidos no processo de consulta: promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país; ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos; contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros e de fundos de previdência.

Figura 5 - OBJETIVOS ENEF



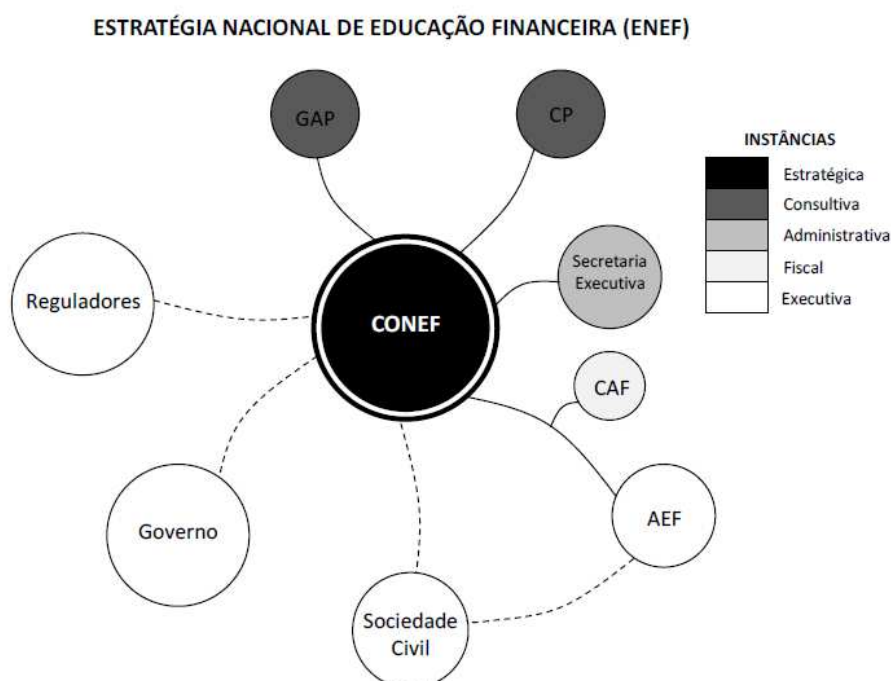
FONTE: INFOGRAFICO (2018)

Como público-alvo serão abordados primeiramente jovens e crianças, depois adultos divididos em dois grupos por um critério de vulnerabilidade e urgência: mulheres assistidas pelo programa de governo Bolsa Família, e aposentados, os quais são extremamente suscetíveis a superendividamento.

4.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

No Brasil a educação financeira começou a ser abordada por algumas iniciativas privadas, porém de maneiras isoladas, o tema passou a ser discutido em âmbito nacional a partir do ano de 2007 para a criação de uma estratégia nacional de educação financeira.

Figura 6 - ESTRUTURA ENEF

**CONEF- Comitê Nacional de Educação Financeira**

Diretor do Banco Central do Brasil
 Presidente da Comissão de Valores Mobiliários
 Diretor-Superintendente da PREVIC
 Superintendente da SUSEP
 Secretário-executivo do MEC
 Secretário-executivo do MF
 Secretário-executivo do MPS
 Secretário-executivo do MJ
 Representantes da sociedade civil - 2011-2014 - ANBIMA, BM&FBOVESPA, FEBRABAN, e CNseg

GAP – Grupo de Apoio Pedagógico

Ministério da Educação, como Presidente
 Banco Central
 CVM
 Ministério da Fazenda
 Susep
 Previc
 Conselho Nacional de Educação
 Instituições de ensino federais (até 5)
 CONSED
 UNDIME

CP – Comissão Permanente

12 membros efetivos, representando cada participante do CONEF

Secretaria Executiva

Depto. de Educação Financeira do Banco Central

AEF – Associação de Educação Financeira do Brasil

ANBIMA
 BM&FBOVESPA
 CNseg
 FEBRABAN

CAF – Comitê de Acompanhamento e Fiscalização

Banco Central
 CVM
 Susep
 Previc
 Ministério da Fazenda

Programas Setoriais**Reguladores**

Banco Central
 CVM
 Susep
 Previc

Governo

Ministério da Educação
 Ministério da Fazenda
 Ministério da Justiça
 Ministério do Desenvolvimento Social
 Ministério da Previdência Social

Sociedade Civil

ANBIMA
 BM&FBOVESPA
 CNseg
 FEBRABAN

FONTE: BRASIL (2013)

Com o objetivo de propor a estratégia nacional de educação financeira brasileira, os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional, o COREMEC, constituiu um grupo de trabalho que, em 2009, apresentou um rascunho que foi validado pelos quatro reguladores que compõem o COREMEC e, em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu formalmente a ENEF juntamente com o CONEF (Comitê Nacional de Educação Financeira) - O CONEF é responsável pela governança estratégica da ENEF. O CONEF define planos, programas, ações e estabelece metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF

O CONEF é constituído de sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil (como determinado no Regimento Interno do CONEF, esses representantes devem ser escolhidos entre (i) entidades autorreguladoras reconhecidas por órgão regulador de mercado integrante do SFN; (ii) entidades representativas dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização; e (iii) entidades civis de defesa do consumidor, sendo que o mandato é de 3 anos, renovável por igual período).

4.3 ENEF NAS ESCOLAS

A proposta é que a educação financeira seja tratada como um assunto transversal, incorporando situações didáticas que interajam com as várias áreas do conhecimento e utilizem como pontos iniciais situações do cotidiano. A introdução de educação financeira no Brasil inicia-se no ensino fundamental. Para isso, as atividades e metodologias de ensino foram alinhadas ao currículo dessa faixa etária. É necessário que haja conexão entre instrução, trabalho e práticas sociais, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC, 2018).

Em maio de 2010 se iniciou um projeto piloto que visava avaliar a adequação do material didático, este projeto incluiu 891 escolas voluntárias, treinou 1.200 professores e atingiu 27.000 alunos com idades entre 14 e 17 anos. O projeto aconteceu entre maio de 2010 e dezembro de 2011. As escolas foram divididas em dois grupos, um de tratamento onde o material didático foi aplicado e outro de controle, onde não houve a distribuição (BRASIL, 2013).

Quadro 4 - NÚMEROS DO PROJETO PILOTO

NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS DO PROJETO PILOTO						
Unidade da Federação	Nº total de escolas	Grupo de controle	Grupo de tratamento	Nº total de alunos	Grupo de controle	Grupo de tratamento
Ceará	122	60	62	3.971	1.959	2.012
Distrito Federal	64	32	32	2.217	1.112	1.105
Minas Gerais	29	15	14	731	371	360
Rio de Janeiro	270	136	134	7.265	3.752	3.513
São Paulo	372	192	180	11.778	6.037	5.741
Tocantins	34	17	17	1.019	514	505
Total	891	452	439	26.981	13.745	13.236

FONTE: BRASIL (2013)

O objetivo era a avaliação de impacto do material e foi coordenada pelo Banco Mundial em parceria com o CAEd/UFJF. Os resultados apontaram que alunos do grupo de tratamento obtiveram melhorias em seu conhecimento e atitudes financeiras. Para avaliar os resultados foram realizados questionários aos alunos, professores e responsáveis legais. Foi verificado que entre os alunos do grupo de controle houve maior crescimento percentual de alunos que adotam os hábitos definidos como medidas, como:

- Poupar parte da renda
- Possui uma lista de despesas
- Negocia preço e forma de pagamento ao realizar compras
- Participação nas finanças domésticas

Com base no teste, um índice de proficiência financeira de 0 a 100 foi calculado para os estudantes. Na linha de base, a pontuação média dos grupos de controle e tratamento foi 50. Na pesquisa seguinte, a proficiência financeira se mostrou mais alta no grupo de tratamento (60) do que no grupo de controle (56). Além disso, o conhecimento que os estudantes afirmavam ter aprendido sobre taxas de juros, empréstimos e financiamentos, seguros, imposto de renda, e pagamentos mínimos de faturas de cartão de crédito era mais de 10% maior no grupo de tratamento do que no grupo de controle.

Em relação aos professores, antes do programa, não possuíam interesse ou conhecimento sobre o assunto e temiam o aumento de trabalho, após o primeiro módulo passaram a mostrar consciência da importância e urgência do tema e fizeram questão de continuar participando do programa.

Para o ensino fundamental o projeto piloto se iniciou no ano de 2015 e foi implementado em 820 escolas espalhadas por cinco regiões, alcançando 7.380 professores, 4.100 salas de aula e 164.000 alunos.

O projeto de educação financeira aumentou o conhecimento financeiro dos alunos, melhorou as atitudes e mudou o comportamento em relação à finanças dos participantes, pois passou a ser mais provável que os estudantes no grupo de tratamento tenham comportamentos financeiros mais inteligentes, conversem com suas famílias sobre questões financeiras, e ajudem na organização do orçamento do lar (BRASIL, 2013).

4.3.1 Material Didático

O material didático disponível atualmente teve sua primeira edição oficial no ano de 2014. É dividido em um livro didático a cada ano escolar sendo no total 9 livros no ensino fundamental e 3 no ensino médio. Sendo assim o material abrange as idades entre 6 e 18 anos promovendo capacidades para a tomada de decisão durante a transição para a vida adulta.

Figura 7 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO



Livro 1
1º ano de
escolaridade



Livro 2
2º ano de
escolaridade



Livro 3
3º ano de
escolaridade



Livro 4
4º ano de
escolaridade



Livro 5
5º ano de
escolaridade

FONTE: ENEF (2019)

Para o ensino fundamental o projeto educacional foi desenhado para contribuir na criação de pensamento em educação financeira desde os primeiros anos, construção de conexões entre áreas de conhecimento (e não como conteúdo formal) e melhoria do desempenho dos alunos em Português e Matemática, visto que essas disciplinas são consideradas críticas por todas as avaliações educacionais no Brasil. Do 1º ao 4º ano de escolaridade, foram definidos quatro eixos temáticos com conteúdos sociais e financeiros abordados de forma diferenciada em cada respectivo ano: Produção e consumo; Organização; Cuidados; Planejamento.

Figura 8 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO FUNDAMENTAL 6º AO 9º ANO



Livro 6
6º ano de
escolaridade



Livro 7
7º ano de
escolaridade



Livro 8
8º ano de
escolaridade



Livro 9
9º ano de
escolaridade –
Modelos Pedagógicos

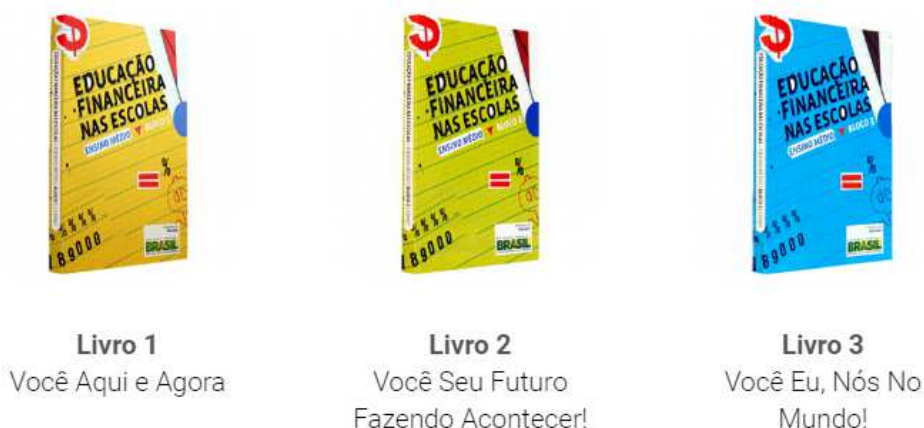
FONTE: ENEF (2019)

Já para o quinto e sexto ano os materiais possuem histórias estruturadas com atividades práticas em contextos cotidianos similares a um jogo com o intuito de envolver mais o aluno e obter uma maior participação. Neste “livro-jogo” existem regras, objetivos claros e decisões que acarretam consequências, os conceitos financeiros são abordados ao longo das histórias que se desenvolvem conforme as decisões tomadas pelo aluno que ao final pode fazer uma auto avaliação de suas tomadas de decisões.

Os livros do sétimo e oitavo ano também se apresentam um jogo de estratégias de negociação e de controle orçamentário. Nele, os conteúdos de educação financeira são vivenciados pelos alunos a partir do gerenciamento de pontos, tendo como base o desenvolvimento das seguintes competências: planejar,

tomar decisões, consumir de forma responsável e poupar. Após o término do jogo os alunos ajudarão no planejamento de atividades propostas. O material do nono ano tem duas características similares aos materiais criados para internet: linguagem e possibilidade de navegação não linear, ou seja, a leitura não obedece a uma ordem obrigatória. O material didático está organizado em seções que abordam essencialmente os conteúdos trabalhados nos livros dos anos anteriores do Ensino Fundamental consolidando os conteúdos como uma forma de fechamento do programa de educação financeira neste segmento e abertura do programa para o ensino médio.

Figura 9 - MATERIAL DIDÁTICO ENSINO MÉDIO 1º AO 3º ANO



FONTE: ENEF (2019)

Os três livros para o ensino médio (que foram utilizados no projeto piloto) apresentam no total nove temas, sendo três a cada ano. No primeiro ano são abordados os temas: “Vida Familiar Cotidiana” relatando situações da vida pessoal e familiar dos jovens em curto prazo, “Vida Social” e “Bens Pessoais”. Para o segundo ano os temas são: “Trabalho”, “Empreendedorismo” descrevendo situações da sua vida pessoal e familiar em médio e longo prazo e “Grandes Projetos”. Já no terceiro se abordam: “Bens Públicos” que corresponde a situações do país e do mundo em articulação com a sua vida pessoal e familiar no curto, médio e longo prazos, “Economia do País” e “Economia do Mundo”. Ao longo dos três anos existem sessenta e nove situações didáticas propostas para aplicação do conhecimento, seja

ele prévio ou adquirido após o material. Para cada um dos nove temas abordados no material existe uma situação didática introdutória denominada “O que você já sabe?” que visa promover uma tomada de consciência do aluno sobre suas práticas financeiras atuais, assim o aluno se prontifica para a aprendizagem e ao final de cada tema existe uma situação didática conclusiva denominada “Sonho Planejado” e pede que o aluno organize os conhecimentos e as habilidades que adquiriu para que possa criar o planejamento financeiro para a realização de um sonho.

O quadro a seguir apresenta o modelo conceitual e objetivos na elaboração do material didático de educação financeira no Brasil.

Quadro 5 - OS OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS E CONCEITOS - MATERIAL DIDÁTICO

Objetivo	Competência	Conceitos
1. Formar para cidadania (DE)	1. Exercer direitos e deveres de forma ética e responsável	Cidadania Consumo responsável (consciente e sustentável)
2. Educar para o consumo e a poupança (DE)	2. Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis	Receitas e despesas/orçamento Reservas (poupança) e investimento Crédito
	3. Aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço financeiro	
	4. Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança	
	5. Valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros	
3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude (DE)	6. Avaliar ofertas e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades	Autonomia
4. Formar disseminadores e/ou multiplicadores em EF (DE)	7. Atuar como disseminador dos conhecimento e práticas de EF	Disseminação e/ou multiplicação
5. Desenvolver a cultura da prevenção e proteção (DT)	8. Valer-se de mecanismos de prevenção e proteção de curto, médio e longo prazos	Prevenção
		Proteção
6. Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos (DT)	9. Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos	Planejamento
7. Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação (DT)	10. Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas	Mudança de condições de vida

¹ DE – Dimensão Espacial ² DT – Dimensão Temporal

FONTE: BRASIL (2013)

Nota-se que o material didático de educação financeira pretende ampliar a cidadania e capacidade dos alunos gerenciarem seus próprios recursos, e assim ter mais autonomia e melhoria em suas condições de vida.

4.4 ENEF HOJE

Para tornar a ENEF mais eficaz a AEF-Brasil, que é responsável pela execução da mesma, organizou um “ecossistema de educação financeira” no ano de 2017.

Figura 10 - ECOSSISTEMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - COMPONENTES



FONTE: AEF-BRASIL (2017)

A figura acima demonstra a estrutura deste “ecossistema”, onde um trabalho de divulgação do tema (1), parceiras público-privadas (2), maior portfólio de conteúdos sobre o tema (3) e uma plataforma digital (4) convergem para um Estratégia Nacional de Educação Financeira mais forte e eficaz.

O principal objetivo é tornar o educador protagonista no processo de educação financeira dos alunos, para isso, a AEF-Brasil têm conduzido as seguintes iniciativas:

- estruturação de polos de formação de;
- implantação de um ambiente virtual de aprendizagem formado por ferramentas interativas, espaço para publicações e intercâmbio de experiências;
- criação de um game, tecnologia educacional inovadora em educação financeira para incentivar os alunos dos ensinos fundamental e médio.

Figura 11 - PROFESSOR NO CENTRO DOS PROJETOS



FONTE: AEF-BRASIL (2018)

Para qualificar e tornar o professor como principal agente do tema educação financeira, será estabelecida uma rede que sustente ações de formação acadêmica em educação financeira.

Para o biênio de 2017-2018 a AEF-Brasil definiu plano de ação através de parceria com a TV Escola e a criação de conteúdos audiovisuais de educação financeira que deem suporte aos educadores, gestores escolares, pais e alunos no desenvolvimento de uma cultura financeira que permita um comportamento financeiro saudável que resulte na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Este projeto está dividido na concepção de três produtos:

- Série “Tá tudo azul”: obra de ficção que tem como objetivo de chamar atenção do público jovem para o tema através de situações cotidianas;
- Série Documental “Sua Escola, Nossa Escola”: desde 2008 apresenta projetos que obtiveram êxito nas escolas públicas com o intuito de aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.
- Programa de TV “Um salto para o futuro”: um debate semanal com especialistas da área sobre os desafios da educação.

O *game* de educação financeira é uma maneira de adaptar as ferramentas de ensino à geração atual que está muito ligada à tecnologia. A proposta tornara o conteúdo mais atrativo para o público-alvo de 7 a 18 anos através da disseminação de forma mais lúdica e interativa.

Ainda no aspecto digital está disponível no site Vida e Dinheiro (ENEF, 2019) uma plataforma para ensino a distância para promover o interesse de professores sobre o tema. Existe também o acesso ao Moodle através do site para ser utilizado por alunos e comunidade com interesse no tema, porém ainda está sem conteúdo.

No primeiro mapeamento coordenado pela AEF-Brasil em 2013, das 803 iniciativas de educação financeira identificadas no país, 31% destas eram voltadas para o ensino de crianças e jovens, os quais foram denominados na pesquisa como grupo da *Educação Financeira Para o Futuro*. No 2º mapeamento em 2018 houve um crescimento de 72% em relação a 2013, totalizando 1383 iniciativas voluntárias. Os mapeamentos levam em consideração qualquer iniciativa relativa à educação financeira, independente de público-alvo ou forma de financiamento, porém foi constatado que a maior parte das iniciativas acontece em escolas públicas e apenas 38% do total recebe recursos públicos. O aumento de escolas inscritas em iniciativas de educação financeira fez com que aumentasse o número de jovens com acesso ao conteúdo. Esses dados mostram duas características importantes: primeiro que a criação da ENEF e o incentivo governamental ampliaram o número de iniciativas; e segundo que diferentes agentes da sociedade têm mostrado interesse em disseminar o tema.

Estava em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.318/2017 que defendia a inclusão da disciplina de educação financeira como obrigatória na matriz curricular nacional no ensino fundamental e médio. Este projeto alteraria a redação dos artigos 26,32 e 36 da Lei nº 9.394/1996, que versam sobre a grade curricular do sistema de ensino brasileiro.

Segundo justificativa do projeto de lei o crescimento do país só pode acontecer quando os alunos recebem informações significativas quanto ao seu desenvolvimento financeiro, lembrando que esse futuro cidadão brasileiro poderá influenciar, de acordo com seu preparo, e muito a economia de seu país. Ressalta

também que um cidadão que receba orientação e formação financeira, terá mecanismos suficientes para não cair no consumo excessivo, não ficará refém dos juros cobrados pelas instituições financeiras, podendo preparar melhor seu consumo e planejar seu futuro de forma consciente e responsável e isso só será possível em um país com uma população menos endividada.

Houveram outros projetos de lei de teor semelhante nos anos de 2004, 2011, 2012, 2014, 2015(2), 2016, 2017 os quais já haviam sido arquivados mesmo com a existência da ENEF, e um mais recente em fevereiro deste ano (2019). Todos estes projetos de lei, exceto o do ano de 2004, foram apensados ao PL nº 2.107/2011 e encaminhados para parecer da comissão de educação, à qual rejeitou o projeto de lei justificando que o ensino da educação financeira se encontra prevista para o ensino fundamental e ensino médio na nova Base Nacional Curricular Comum do Ministério da Educação que foi homologada em 14 de dezembro de 2018 (MEC, 2018) com os seguintes textos:

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, **educação financeira e fiscal**, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (MEC, 2018).

Para o ensino fundamental na área de matemática, é previsto:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. [...] Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências

persoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da **Matemática Financeira** e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (MEC, 2018).

A BNCC ainda ressalta que:

Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da **educação financeira** e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo. (MEC, 2018).

A BNCC estipula as áreas de conhecimento obrigatórias, porém são os estados e municípios que definem como o assunto será atribuído à grade curricular, o tema deverá ser abordado de maneira transversal entre as demais disciplinas.

Apesar de o Brasil ser um país em desenvolvimento, o tema educação financeira tem sido abordado desde que a OCDE incentivou a criação de estratégias nacionais. De maneira voluntária o Brasil compartilha seus resultados e tem sido referência em documentos da OCDE (2017).

4.5 COMPARAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DOS PAÍSES ESTUDADOS

Para facilitar a visualização das abordagens em escolas adotadas atualmente pelos países estudados, foi elaborada a figura a seguir:

Quadro 6 - COMPARATIVOS ENTRE AS ABORDAGENS EM ESCOLAS

	INÍCIO ENEF	EDUCAÇÃO FINANCEIRA OBRIGATÓRIA	ANO ESCOLAR	FAIXA ETÁRIA
AUSTRÁLIA	2011	Não mas faz parte do currículo nacional	Foundation - Year 10	4 à 15 anos
BRASIL	2010	Não mas faz parte do currículo nacional	Ensino Fundamental e Médio	6 à 18 anos
EUA	2011	Não, depende das leis estaduais	Kindergarden - 12th Grade	4 à 17 anos
INGLATERRA	2004	Sim	Key Stage 3 and 4	11 à 16 anos
ÍNDIA	2012	Não	Senior Secondary Level	16 à 18 anos

FONTE: O autor (2019)

Os dados apresentados foram extraídos dos capítulos anteriores e demonstram quando a estratégia nacional de cada país foi lançada oficialmente e através de quais idades se pretende disseminar o conhecimento financeiro. Dan Kadlec (2018), colunista sobre finanças pessoais por trinta anos sendo dez na revista *TIME* e fundador do *Right About Money*, uma plataforma de mídia sobre os esforços mundiais em educação financeira, diz que a falta de acompanhamento neste tipo de medida ilustra a dificuldade que os defensores da alfabetização financeira enfrentam em larga escala - no Reino Unido, nos EUA e em outros países. Segundo Kadlec o problema central é que as autoridades escolares locais têm o real poder sobre o que é lecionado e diretivas federais nesta área são frequentemente ineficientes.

Porém apenas a aquisição de conhecimentos matemáticos e de funcionamento do sistema financeiro não assegura saúde financeira do ponto de vista da gestão de finanças pessoais e tomada de decisão como foi mencionado pela Comissão de Alfabetização e Educação Financeira dos Estados Unidos e também ressaltado no relatório anual da AEF-Brasil do ano de 2012.

Ter conhecimentos financeiros não garante, por si só, que a pessoa adotará condutas baseadas em tomada de decisão autônoma ou mesmo que lhe possibilite mudança da condição financeira e social atual, porém, pode contribuir para a conscientização da Educação Financeira como algo necessário para a realização de seu projeto de vida. (FERREIRA *et al.*, 2012).

Do ponto de vista histórico pouco foi feito em relação ao tema:

Ainda há muito a ser feito neste jovem campo de alfabetização financeira. (MITCHELL; LUSARDI, 2015).

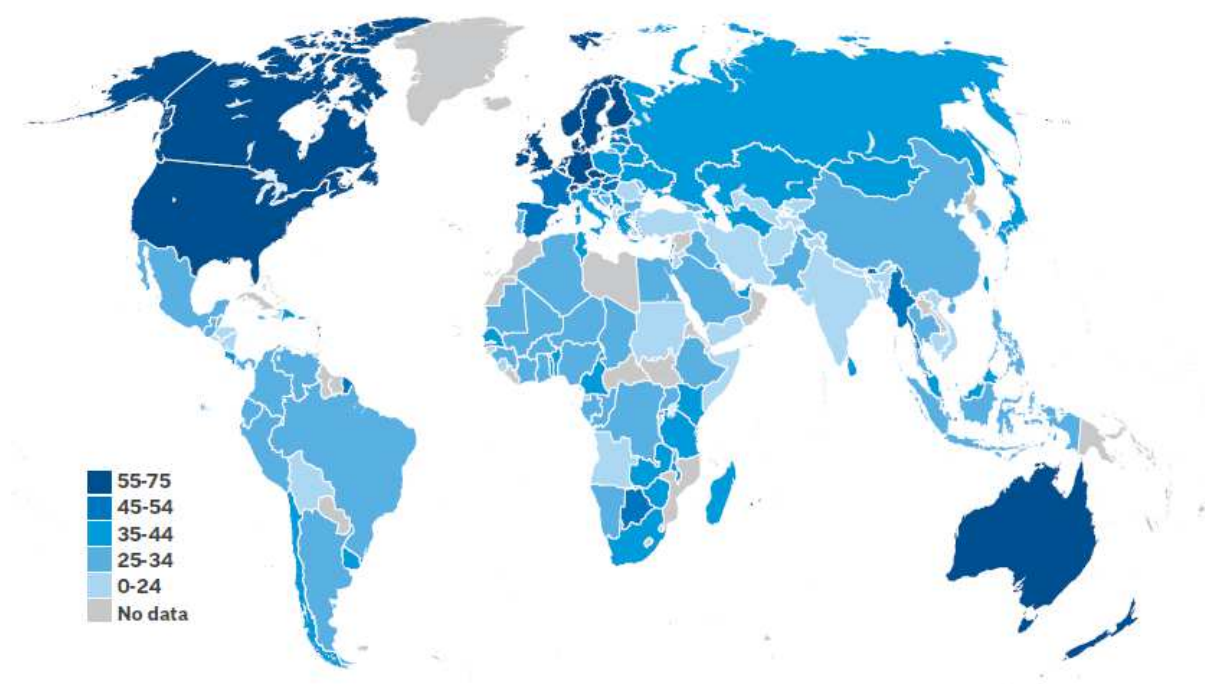
Por se tratar de um assunto tão dinâmico a educação financeira deve ser mantida em constante discussão.

5 DADOS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Para que se possam avaliar possíveis resultados de uma política pública é necessário ter alguma forma de mensuração, para isso foram realizadas diferentes pesquisas através das quais foram obtidos os dados apresentados neste capítulo.

A Pesquisa Global de Alfabetização Financeira da Standard & Poor's Ratings Services (S & P Global FinLit Survey) baseia-se nas primeiras iniciativas da *International Network on Financial Education* (INFE) da OCDE, nas pesquisas sobre Capacidade Financeira e Domiciliar do Banco Mundial, no projeto *Financial Literacy Around The World* (FLAT World) e numerosas iniciativas de pesquisas nacionais que coletam informações sobre educação financeira (KAPPLER; LUSARDI; OUDHEUSDEN, 2016). Esta pesquisa foi realizada em mais de 140 países com um total de 150 mil adultos ao longo do ano de 2014, o nível de alfabetização financeira foi medido através de um questionário que levou em consideração quatro conceitos fundamentais sobre finanças: conhecimento sobre juros; juros compostos; inflação; e diversificação de riscos. Os autores definiram que uma pessoa seria classificada como alfabetizada financeiramente se fosse capaz de responder corretamente três dos quatro conceitos, como justificativa para esta definição argumentam que são conceitos básicos. O mapa abaixo mostra o resultado desta pesquisa:

Mapa 1 - PERCENTUAL DE ADULTOS QUE SÃO ALFABETIZADOS FINANCEIRAMENTE



KAPPLER, LUSARDI, OUDHEUSDEN (2016)

Os resultados apontam que apenas 33% dos adultos podem ser considerados alfabetizados financeiramente. Dos países estudados Austrália, EUA e Inglaterra possuem resultados entre 55-75%, já o Brasil está entre 25-34% e a Índia entre 0-24%.

Do ponto de vista da alfabetização financeira em idade escolar levaremos em consideração o *Programme for International Students Assessment* (PISA), uma avaliação de alcance internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências desde o ano 2000, com ciclo de três anos. Na edição de 2012 foi acrescentada uma prova com questões relacionadas a finanças com o intuito de se iniciar uma avaliação sobre o tema para poder analisar a proficiência dos alunos. A avaliação é estruturada entre conteúdos, processos e contexto, os conteúdos são: dinheiro e transações; planejamento e gestão financeira; risco e recompensa; e panorama financeiro. Os processos definem a forma como o estudante interage cognitivamente para solucionar os problemas e são dispostos hierarquicamente: identificar a informação financeira; analisar a informação no contexto financeiro; avaliar o problema financeiro; e aplicar

o conhecimento e entendimento financeiro. O contexto se refere ao tipo de situação em que o conhecimento e as habilidades são aplicados e vão do foco pessoal ao global: educação e trabalho; lar e família; individual; e social.

O PISA relacionado a finanças foi realizado novamente em 2015 em um total de 15 países, sendo 10 membros da OCDE e 5 países parceiros, dentre eles o Brasil. A avaliação atingiu 48.000 estudantes que responderam a 43 questões relativas ao tema (OCDE, 2017). Os resultados obtidos serão apresentados a seguir:

Tabela 1 - PONTUAÇÃO MÉDIA DOS ALUNOS POR PAÍS

Pontuação Média	País
566	China
541	Bélgica
533	Canadá
512	Russia
509	Holanda
504	Austrália
487	EUA
485	Polônia
483	Itália
469	Espanha
449	Lituânia
445	Eslováquia
432	Chile
403	Peru
393	Brasil

	Estatisticamente significativo acima da média dos membros da OCDE
	Diferença estatisticamente insignificante da média dos membros da OCDE
	Estatisticamente significativo abaixo da média dos membros da OCDE

FONTE: OCDE (2017)

A pontuação apresentada na tabela 1 representa a média atingida pelos alunos avaliados de cada país, para fins de comparação foi feita uma média da pontuação dos dez países membros da OCDE que atingiram 488 pontos. Dentro desta pontuação foram definidos cinco níveis de proficiência conforme apresentado abaixo:

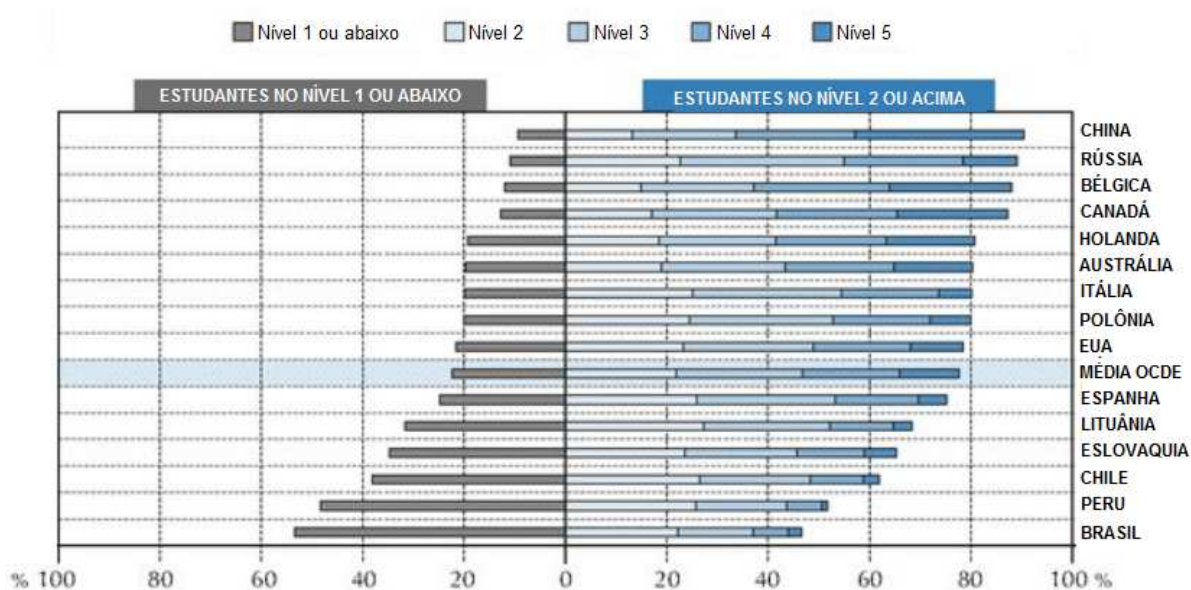
Quadro 7 - NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS

Nível	Pontuação	O que os estudantes conseguem fazer normalmente
5	Igual ou maior que 625 pontos	Os estudantes podem aplicar sua compreensão de uma ampla gama de termos e conceitos financeiros a contextos que só podem se tornar relevantes para suas vidas no longo prazo. Eles podem analisar produtos financeiros complexos e podem levar em consideração características de documentos financeiros significativos, mas não declarados ou não imediatamente evidentes, como os custos de transação. Eles podem trabalhar com um alto nível de precisão e resolver problemas financeiros não rotineiros, e podem descrever os resultados potenciais das decisões financeiras, mostrando uma compreensão do panorama financeiro mais amplo, como o imposto de renda.
4	550 até menos que 625 pontos	Os alunos podem aplicar sua compreensão de conceitos e termos financeiros menos comuns a contextos que serão relevantes para eles à medida que avançam em direção à idade adulta, como o gerenciamento de contas bancárias e juros compostos em produtos de poupança. Eles podem interpretar e avaliar uma série de documentos financeiros detalhados, como extratos bancários, e explicar as funções de produtos financeiros menos usados. Eles podem tomar decisões financeiras levando em conta as consequências de longo prazo, como entender a implicação geral do custo de pagar um empréstimo por um longo período e resolver problemas rotineiros em contextos financeiros menos comuns.
3	475 até menos que 550 pontos	Os estudantes podem aplicar seu entendimento de conceitos, termos e produtos financeiros comumente usados a situações que sejam relevantes para eles. Eles começam a considerar as consequências das decisões financeiras e podem fazer planos financeiros simples em contextos familiares. Eles podem fazer interpretações diretas de uma variedade de documentos financeiros e podem aplicar uma série de operações numéricas básicas, incluindo o cálculo de porcentagens. Eles podem escolher as operações numéricas necessárias para resolver problemas rotineiros em contextos de alfabetização financeira relativamente comuns, como cálculos orçamentários.
2 (parâmetro mínimo)	400 até menos que 475 pontos	Os alunos começam a aplicar seus conhecimentos sobre produtos financeiros comuns e termos e conceitos financeiros comumente usados. Eles podem usar informações dadas para tomar decisões financeiras que são imediatamente relevantes para eles. Eles podem reconhecer o valor de um orçamento simples e podem interpretar características proeminentes de documentos financeiros diários. Eles podem aplicar operações numéricas básicas, incluindo divisão, para responder a questões financeiras. Eles mostram um entendimento da relação entre diferentes elementos financeiros, como a quantidade de uso e os custos decorridos.
1	326 até menos que 400 pontos	Os alunos podem identificar produtos e termos financeiros comuns e interpretar informações relacionadas a conceitos financeiros básicos. Eles podem reconhecer a diferença entre necessidades e desejos e podem tomar decisões simples sobre os gastos diários. Eles podem reconhecer a finalidade dos documentos financeiros diários, como uma fatura, e aplicar operações numéricas simples e básicas (adição, subtração ou multiplicação) em contextos financeiros que possam ter sofrido pessoalmente.

FONTE: OCDE (2017)

O segundo nível é considerado pela OCDE como parâmetro mínimo de proficiência para estar inserido na sociedade. Nesta classificação os alunos de determinado nível possuem todas as capacidades descritas nos níveis inferiores. Vale ressaltar que na média por país até mesmo a China que obteve a melhor pontuação não se encontra no nível superior, dentre os alunos que participaram desta avaliação apenas 12% atingiram o nível 5, dentre os de menor desempenho 22% dos alunos estão no nível 1 ou abaixo dele, nos países estudados temos o Brasil com 53% dos alunos neste patamar e 22% dos alunos do EUA. Porém todos os países tiveram representantes em cada nível de proficiência conforme demonstrado no gráfico 3:

Gráfico 3 - PERCENTUAL DE ALUNOS EM CADA NÍVEL POR PAÍS



FONTE: OCDE (2017)

O gráfico demonstra essa divisão entre alunos que ficaram abaixo do segundo nível que é o parâmetro mínimo de proficiência financeira e os demais alunos que se encontram acima deste nível.

Como a edição de 2015 da avaliação foi a segunda a ser feita, se pode fazer um comparativo na evolução do conhecimento no país, porém apenas sete países realizaram as duas edições do PISA, os resultados obtidos estão representados na tabela 2:

Tabela 2 - DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS DO PISA 2012 E 2015

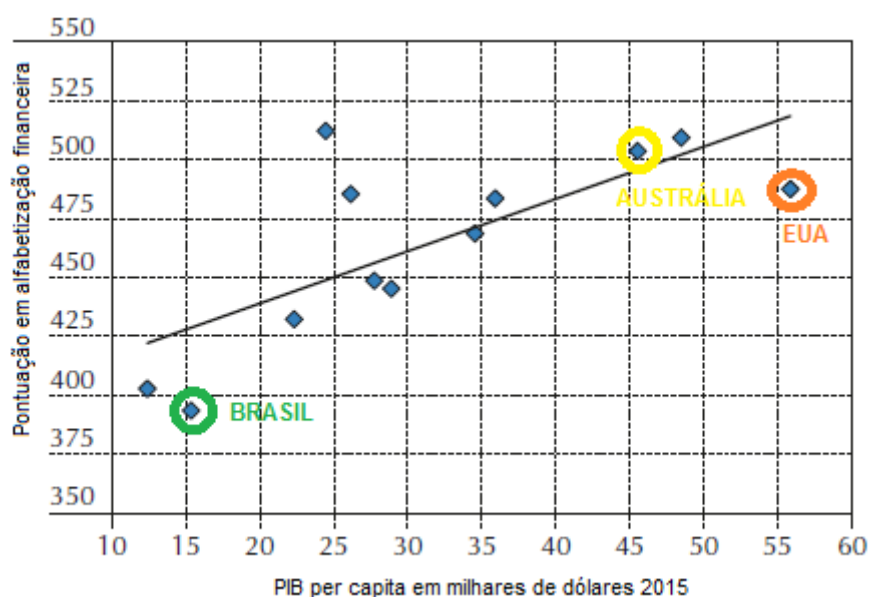
PAÍS	PISA 2012	PISA 2015	VARIAÇÃO 2015-2012
AUSTRÁLIA	526	504	-22
BÉLGICA	541	541	0
ESLOVÁQUIA	470	445	-25
ESPAÑA	484	469	-15
EUA	492	487	-5
ITÁLIA	466	483	17
MÉDIA 6-OCDE	499	488	-11
POLÔNIA	510	485	-25
RUSSIA	486	512	26

FONTE: Adaptada de OCDE (2017)

Na média obtida dos resultados dos seis países membros da OCDE houve uma queda de 11 pontos em relação à avaliação anterior, porém estatisticamente se pode considerar que o resultado obtido foi estável. Podemos ressaltar que a Austrália, um dos países estudados, obteve um desempenho 22 pontos inferior ao anterior e o EUA apenas uma variação de 5 pontos.

O estudo (OCDE, 2017) apresenta também o cruzamento dos dados obtidos na avaliação com o PIB per capita dos países:

Gráfico 4 - PISA 2015 X PIB PER CAPITA (2015)



FONTE: Adaptado de OCDE (2017)

Foram destacados no gráfico acima os países estudados que participaram da avaliação, a partir dos dados obtidos foi traçada uma regressão linear que demonstra uma possível correlação entre o tamanho das economias nacionais com o conhecimento de assuntos relacionados a finanças dos alunos, porém os países que obtiveram as maiores pontuações não são apontados.

Já foram realizadas novas avaliações no ano de 2018, porém os resultados estarão disponíveis apenas em dezembro deste ano (2019). Os resultados contribuirão para a discussão da importância da educação financeira nas escolas para permitir que alunos saiam do sistema educacional preparados para a inserção na vida financeira da fase adulta. Embora existam avaliações causais do programa, não são veiculadas informações sobre suas metas. Esses dados seriam úteis para fornecer um histórico da evolução do programa e permitir seu acompanhamento e aprimoramento.

6 IMPLICAÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO DA ECONOMIA DO PAÍS: QUAIS VARIÁVEIS PODEM SER IMPACTADAS POR ESSE TIPO DE POLÍTICA?

O objetivo principal deste capítulo é demonstrar os possíveis reflexos da falta de educação financeira do ponto de vista do indivíduo e como isso pode afetar a economia do país.

6.1 POUPANÇA, INVESTIMENTO E CONSUMO

Um dado importante a ser analisado é o nível de investimento da população, por nível se entenda número de pessoas que investem e não o montante investido, além disso, abordaremos o padrão de consumo, pois segundo a teoria econômica clássica o investimento é o resultado direto da renda menos consumo:

$$I = Y - C$$

Essa relação é verdadeira, mas para que a educação financeira de jovens e crianças possa permitir maiores níveis de poupança para a nação este trabalho sugere que essa relação seja introduzida no ensino com um sentido inverso de causalidade. Por exemplo, a partir da lógica tradicional, um jovem ao receber seu primeiro salário, ou até uma mesada, tenderá a consumir primeiro e somente após irá investir/poupar caso “sobre” algum dinheiro. Se invertermos este conceito na base de ensino a lógica de consumo irá se alterar. Vejamos:

$$C = Y - I$$

Vale ressaltar primeiramente que matematicamente a fórmula é exatamente igual, muda apenas o sentido de causa e efeito da lógica econômica por trás da expressão. Outro jovem que possui os mesmos conhecimentos citados ao longo deste trabalho recebe seu primeiro salário/mesada, porém possui este sentido de causalidade proposto, irá primeiramente separar parte de sua renda (com um percentual pré-estabelecido) e utilizará para consumo apenas a “sobra” de dinheiro. Um jovem que se porte assim desde sua “introdução” no sistema financeiro terá menor chance de ter um fluxo de caixa negativo e até de se endividar.

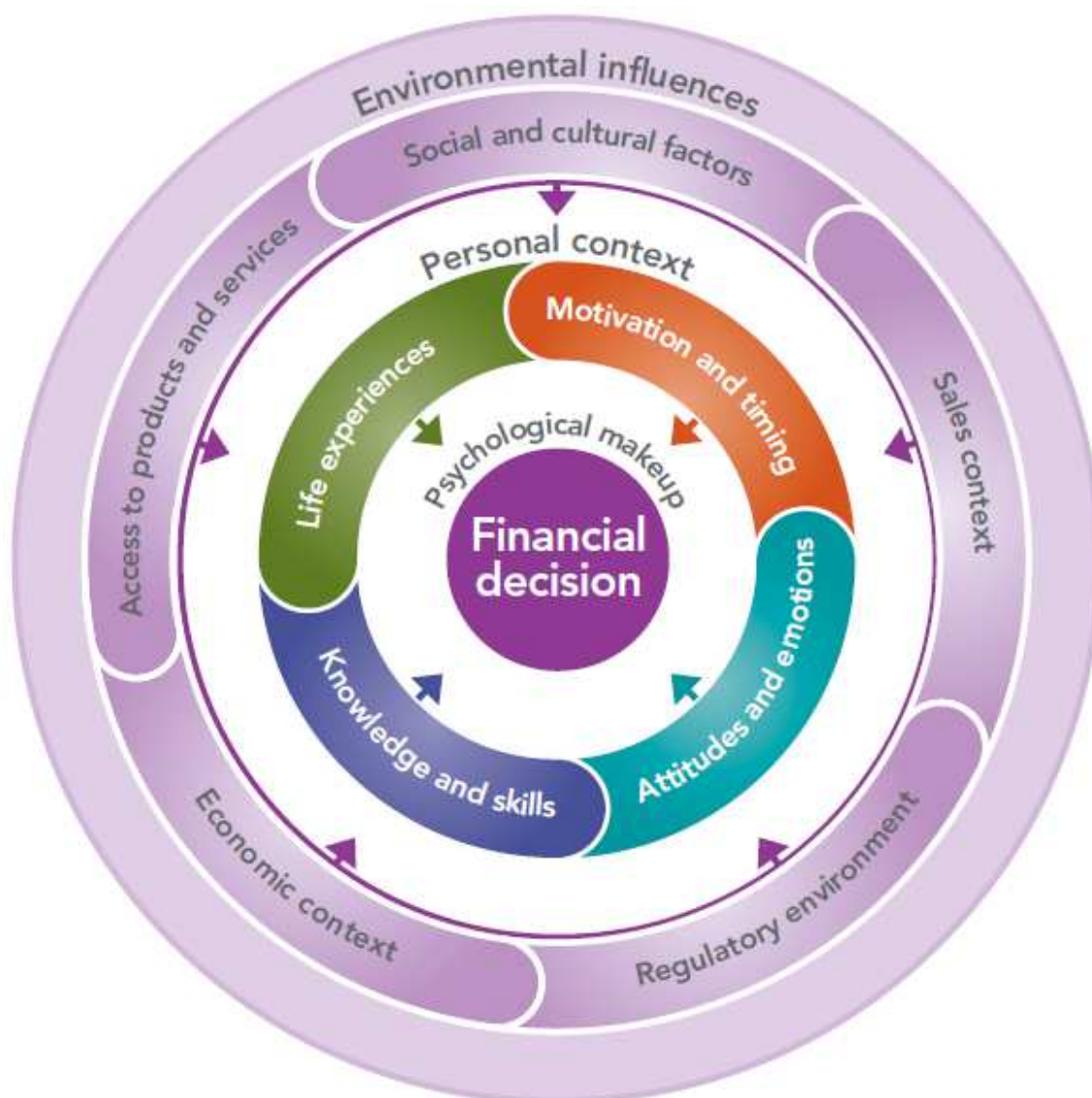
Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA; RIBEIRO, 2007) em sua publicação faz uma relação entre a poupança pública (do governo) com o crescimento econômico do país. Mesmo tendo conhecimento de que a poupança pública é resultante das arrecadações e gastos do governo, ou seja, não se leva em consideração a poupança privada, a poupança doméstica é resultado da soma das poupanças público e privada. Tendo em vista o que Bresser-Pereira ressalta na introdução de seu artigo, que a elevação de uma unidade na taxa da poupança pública deve levar em média a um crescimento de 0,17 unidades na taxa de crescimento econômico *per capita* do país, com isso podemos esperar que a poupança privada tenha a mesma capacidade de gerar crescimento econômico. Sendo assim uma população “letrada” financeiramente é capaz de tomar melhores decisões financeiras, diminuindo seu endividamento, aumentando o nível de poupança doméstica e gerando crescimento e bem-estar. Em mesma medida Arianna Legovini (FERREIRA *et al.*, 2012), diretora do Departamento de Avaliação de Impacto do Banco Mundial, diz que o ensino de educação financeira em escolas pode afetar de forma significativa as taxas de poupança nacional e de crescimento econômico.

No caso inglês o FSA revisou seus trabalhos e de outras iniciativas no ano de 2008, o professor De Meza (2008) comissionado pelo FSA e outros economistas comportamentais chegaram à conclusão que:

A evidência indireta da economia comportamental é que a baixa capacidade financeira tem mais a ver com a psicologia do que com o conhecimento. (DE MEZA *et al.*, 2008, p. 4.).

A ASIC (2014) apresenta a seguinte imagem para demonstrar as influências de um indivíduo para tomar uma decisão financeira:

Figura 12 - INFLUÊNCIAS PARA TOMADA DE DECISÃO



FONTE: ASIC (2014)

Existem influências externas como contexto econômico, ambiente regulatório, contexto de mercado (vendas), fatores sociais e culturais, acesso a produto e serviços. Além disso, existe o contexto pessoal, que leva em consideração a experiência de vida de cada indivíduo, o momento de vida e sua motivação, conhecimento e habilidades, atitudes e emoções. O agente econômico ao tomar sua decisão é influenciado por cada uma dessas áreas citadas, por isso os padrões de tomada de decisão não são imutáveis, depende de todo um contexto de vida. No entanto a educação financeira pode auxiliar o indivíduo assimilar as influências

externas, ter boas ferramentas e assim tomar uma decisão “maximizadora” do eu próprio ponto de vista e gerar benefícios para si e o seu ambiente.

O Reino Unido apresenta os fatores que determinam a capacidade financeira de um indivíduo da seguinte forma:

Figura 13 - DETERMINANTES DA CAPACIDADE FINANCEIRA - REINO UNIDO

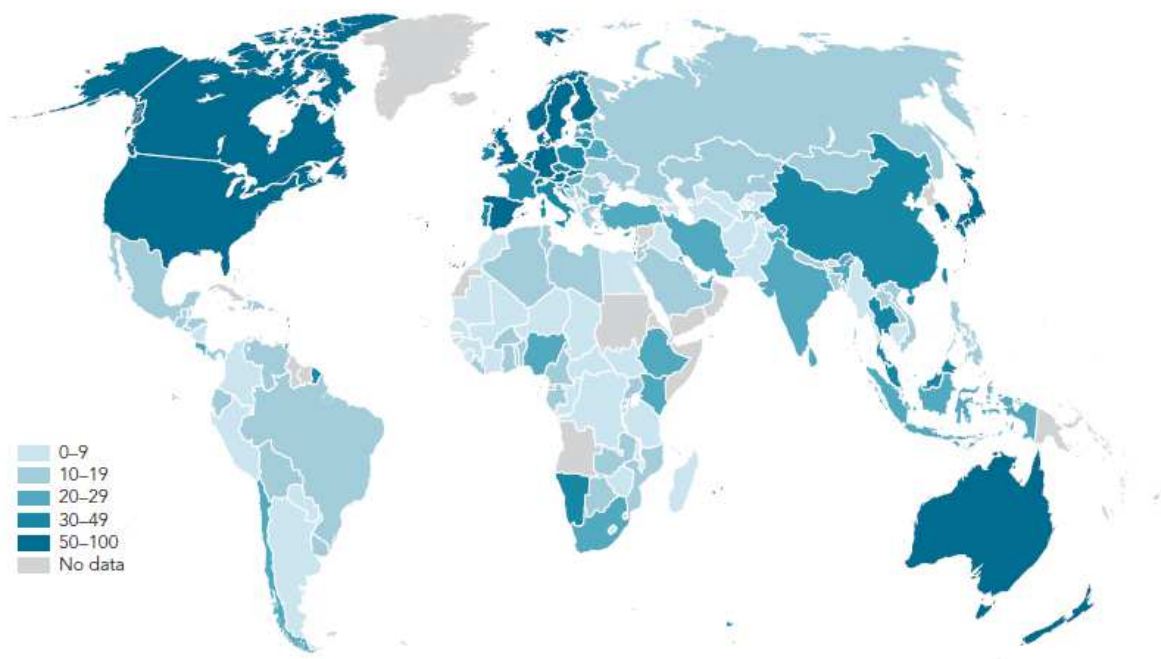


FONTE: OCDE (2013)

O comportamento do ser humano é resultado de seus hábitos, os quais podem ser influenciados e praticados ao longo da vida.

O hábito de poupar pode ser representado pelo mapa abaixo:

Mapa 2 - PERCENTUAL DE ADULTOS QUE POUPARAM EM BANCOS EM 2017

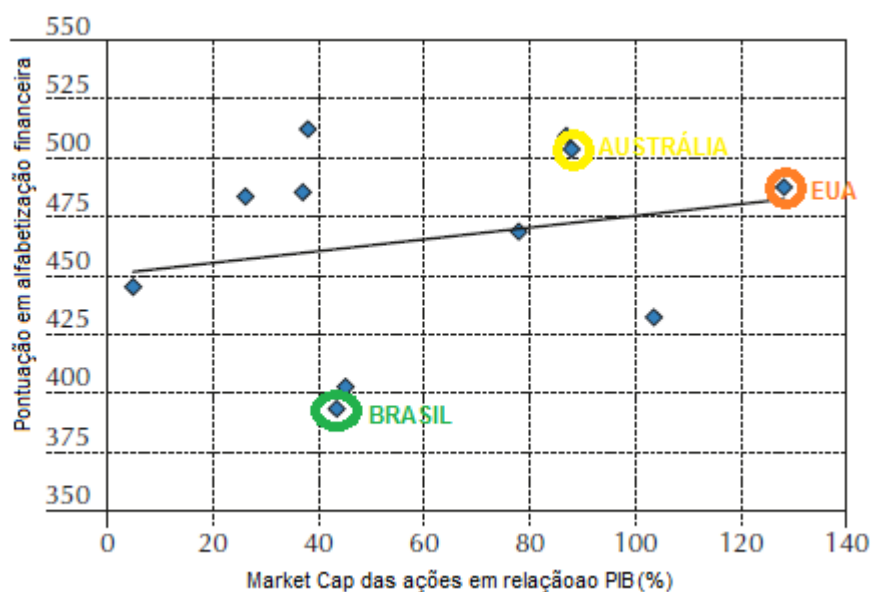


FONTE: GLOBAL FINDEX (2018)

Em 2017 48% dos adultos ao redor do mundo alegaram ter economizado dinheiro nos últimos dez meses, sendo que nas economias desenvolvidas esse número passa para 71% dos adultos enquanto nos países em desenvolvimento apenas 43% pouparam.

Do ponto de vista do investimento o PISA 2015 também relacionou a pontuação média dos países com os dados do mercado de ações dos países:

Gráfico 5 - PISA 2015 X MARKET CAP (2013)



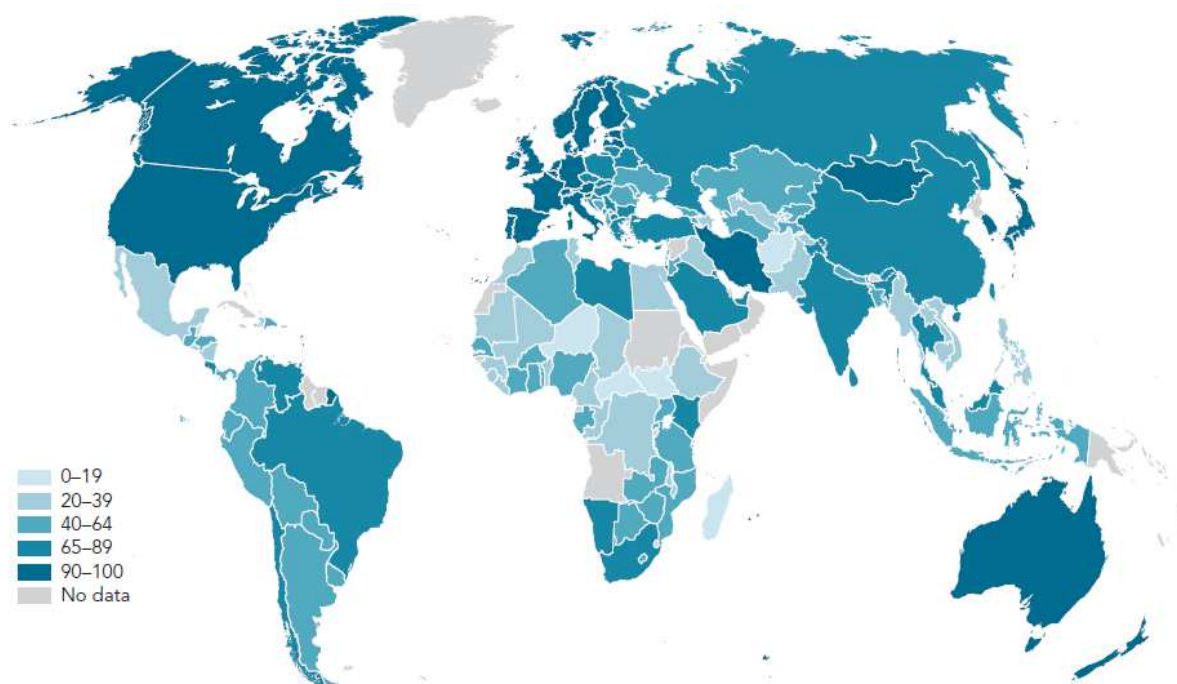
FONTE: Adaptada de OCDE (2017)

O *Market Cap* apresentado é do ano de 2013 em relação ao PIB, ou seja, qual a representatividade do mercado de ações em relação ao tamanho do PIB. Da mesma forma anterior, quando foi levado em consideração o PIB per capita, foi traçada uma regressão linear para demonstrar uma possível correlação entre os dados, novamente foram destacados os países estudados que participaram do PISA.

6.2 ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS

Um fator importante no desenvolvimento do conhecimento financeiro é o acesso aos serviços financeiros, um agente que não possui acesso a nenhum tipo de instituição financeira, poupanças, investimentos ou seguros não precisará de conhecimento mais profundo em relação ao tema, pois um conhecimento básico poderá atender suas possíveis necessidades de orçamentos e tomada de decisões. Uma forma de observar esse acesso é o número de contas em instituições formais:

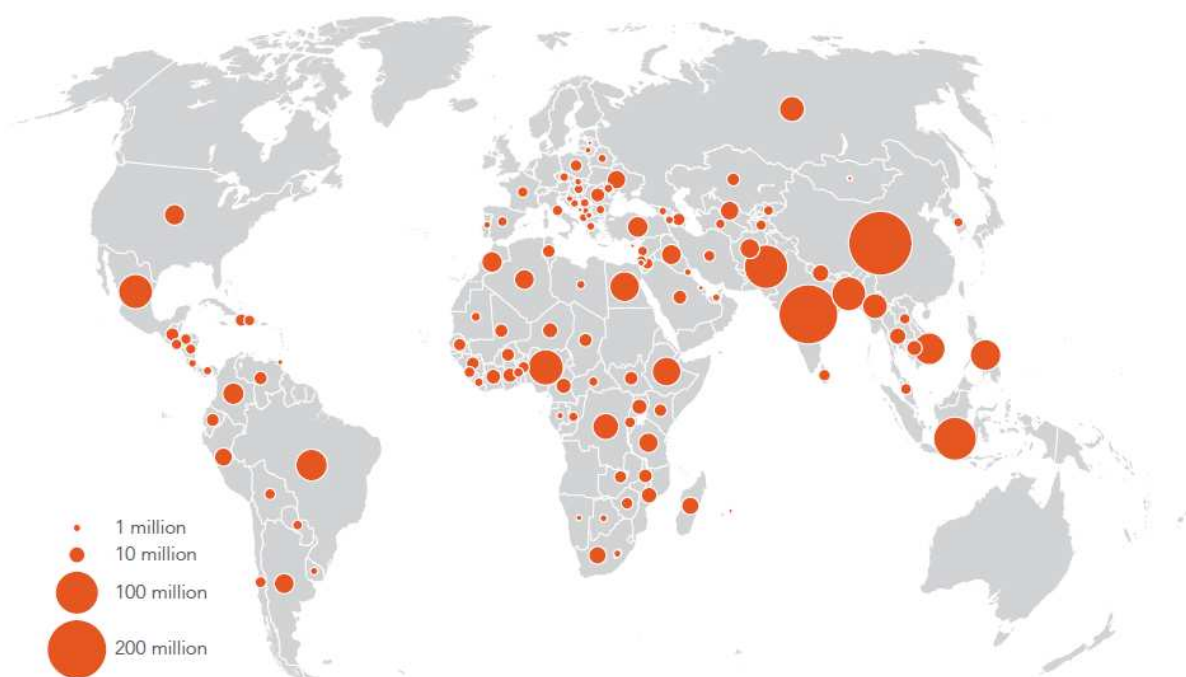
Mapa 3 - PERCENTUAL DE ADULTOS COM CONTA BANCÁRIA EM 2017



FONTE: GLOBAL FINDEX (2018)

O mapa mostra o percentual de adultos que possuíam conta bancária no ano de 2017. Nas economias desenvolvidas esse índice atinge 94% de adultos que possuem conta bancária, enquanto que em países em desenvolvimento esse percentual é de apenas 63%. Em contrapartida a falta de acesso a esse tipo de serviço pode gerar um desincentivo na obtenção de conhecimento financeiro:

Mapa 4 - ADULTOS SEM CONTA BANCÁRIA



FONTE: GLOBAL FINDEX (2018)

Acima o mapa 4 destaca os países que possuem o maior número de pessoas sem nenhum tipo de conta em uma instituição financeira formal, os recordistas são China com 225 milhões de adultos e Índia com 190 milhões.

Ao levar em conta esses dados nos países estudados se obtém:

Tabela 3 – ADULTOS COM CONTAS BANCÁRIAS NOS PAÍSES ESTUDADOS - 2017

PAÍS	ADULTOS COM CONTA BANCÁRIA (%)
AUSTRÁLIA	100
BRASIL	70
EUA	93
INGLATERRA	96
ÍNDIA	80

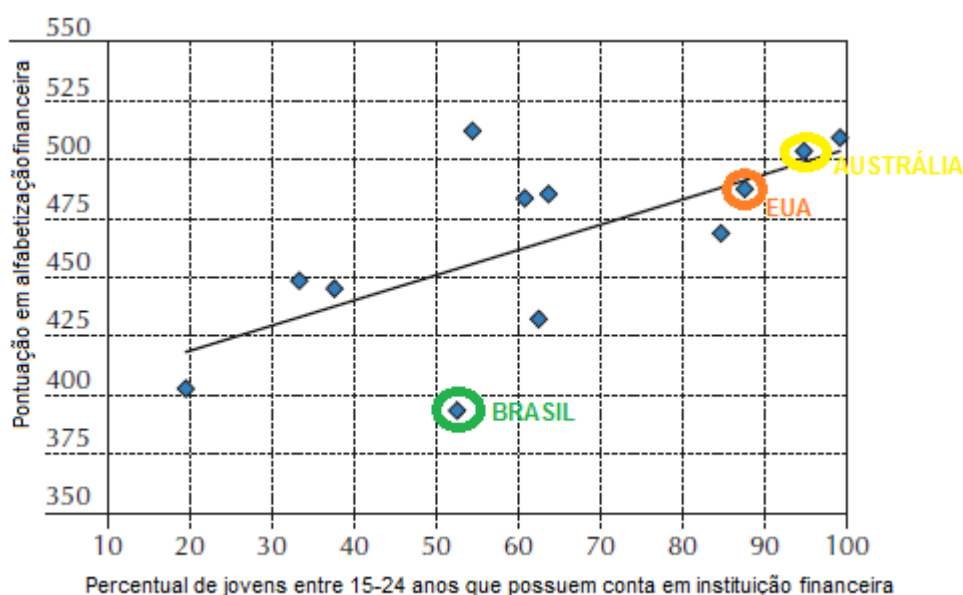
FONTE: Adaptada de GLOBAL FINDEX (2018)

Os três países considerados desenvolvidos possuem entre 90-100% dos adultos com conta bancária. Apesar da Índia ser o segundo país com maior número

de pessoas sem conta bancária, apresenta um índice de 80% dos adultos possuindo conta devido ao tamanho de sua população, mas deve isso principalmente à campanha de inclusão financeira feita pelo governo indiano baseado nos objetivos de sua estratégia nacional fez com que o país entrasse para o livro dos recordes ao criar 18.096.130 contas bancárias em uma semana, entre 23 e 29 de agosto de 2014 (GUINNESS, 2015).

O PISA 2015 apresenta esta relação para jovens entre 15 e 24 anos:

Gráfico 6 - PISA 2015 X NÚMERO DE CONTAS ENTRE 15-24 ANOS



FONTE: Adaptada de OCDE (2017)

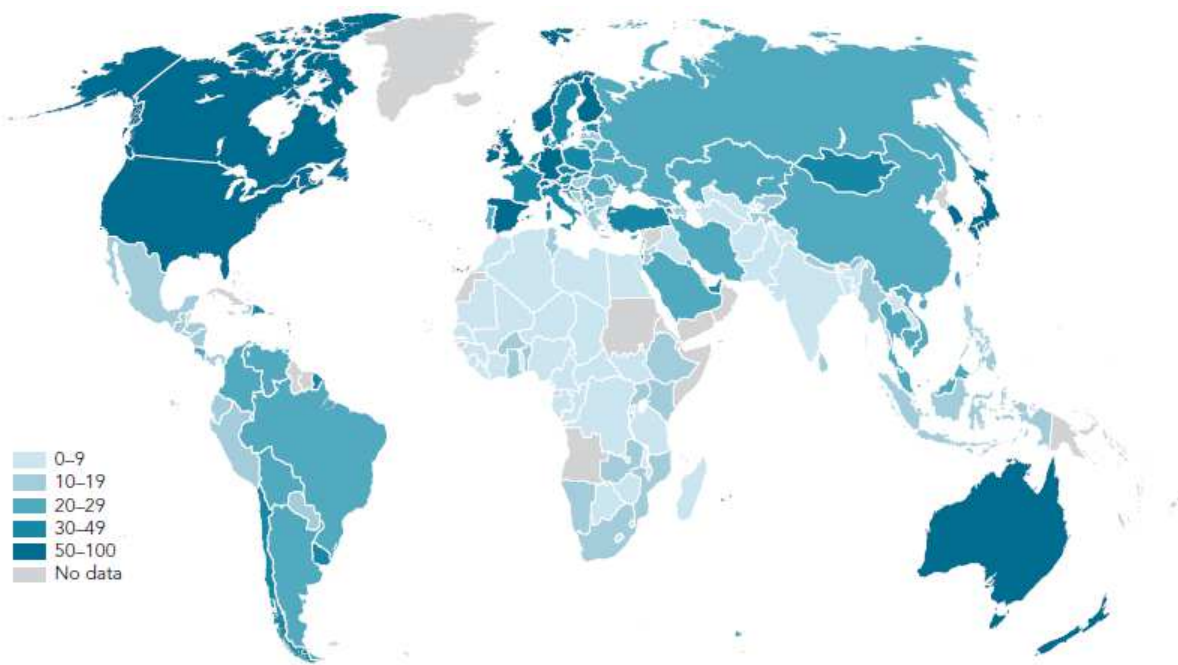
Aponta o percentual de jovens dentro desta faixa etária que possuía conta bancária no ano de 2014 e relaciona com a pontuação média do país.

A possibilidade do aumento no número de serviços financeiros existentes faz com que a educação financeira se torne cada vez mais importante e necessária.

6.3 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

Outro fator que aumenta a preocupação dos governos em proporcionar uma boa educação financeira de maneira abrangente à sua população é o aumento dos níveis de endividamento pessoal. Os dados do Global Findex (2018) apontam a utilização de empréstimo e cartão de crédito:

Mapa 5 - ADULTOS QUE USARAM EMPRÉSTIMOS OU CARTÃO DE CRÉDITO EM 2017



FONTE: GLOBAL INDEX (2018)

Em 2017 43% dos adultos utilizaram alguma forma de empréstimo ou cartão de crédito. Muitos usuários de cartões de crédito não enxergam isso como uma forma de empréstimo, apesar de ser. A obtenção de empréstimos pode demonstrar a falta de planejamento, manutenção de um orçamento ou de falta de reservas financeiras para imprevistos. Quando um agente faz uso de um crédito para cobrir despesas recorrentes ou imprevistos que fugiram de seu orçamento usual, corre um grande risco de entrar em uma dívida que não terá condições de pagar.

A educação financeira pode ser uma importante ferramenta para indivíduos evitarem o endividamento e até saírem quando já estão endividados.

7 CONCLUSÃO

Pode-se verificar que o tema tem se tornado cada vez mais relevante. Diversas economias mundiais têm discutido como disseminar e empoderar sua população com esse tipo de conhecimento. Alguns resultados já podem ser vistos dessas políticas mesmo que ainda pequenos e isto apenas serve de incentivo para

maior investimento, da sociedade como um todo, neste aspecto específico da educação. O foco foi abordar a educação financeira de jovens e crianças em idade escolar como estratégia nacional, apesar de estudarmos apenas algumas abordagens, existem inúmeras possibilidades diferentes para difundir o tema.

Apesar de o foco ter sido nos esforços empregados pelo governo, existem diversas instituições que abordam o tema ao redor do mundo e têm sido importantes auxílio para difundir o assunto. Voltando a ratificar a necessidade de se abordar o tema o mais cedo possível, é preciso que pais e responsáveis ajam ativamente neste aspecto da educação, aprendendo juntamente com seus filhos e incentivando a obtenção e prática dos conhecimentos no dia a dia.

No Brasil a educação financeira está sendo considerada tema de grande importância na formação do cidadão, isto se releva pelo tema fazer parte das diretrizes nacionais do currículo escolar, porém por se tratar de uma abordagem transversal entre as disciplinas obrigatórias não se pode afirmar que toda a população escolar terá acesso ao conteúdo.

Os esforços estão apenas no início e ainda devemos discutir muito sobre a propagação do conhecimento sobre finanças. As pessoas precisam de ferramentas que as permitam estarem incluídas em todos os aspectos sociais da vida.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. Plano de Ação, Biênio 2017-2018, 2017. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/ecossistema/>>. Acessado em> 08/04/2018

AEF-BRASIL. Relatório anual 2017, 2018. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/relatorio-anual/>>. Acessado em> 08/04/2018

ASIC. Report 229, National financial literacy strategy. 2011, Disponível em: <<https://financialcapability.gov.au/strategy/#about>>. Acessado em: 10/06/2019

ASIC. Report 403, National financial literacy strategy 2014-17. 2014, Disponível em: <<https://financialcapability.gov.au/strategy/#about>>. Acessado em: 10/06/2019

ASIC. Report 554, Independent evaluation of ASIC's MoneySmart Teaching Program. 2017. Disponível em: <<http://download.asic.gov.au/media/4563536/rep554-published-4-december-2017.pdf>>. Acessado em: 07/07/2019

AUSTRALIA, [200?]. Understanding Money, Financial Literacy Foundation. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/40596701.pdf>>. Acessado em: 12/06/2019

BACEN. Brasil: Implementando A Estratégia Nacional De Educação Financeira. 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/estrategia_nacional_educacao_financeira_enef.pdf>. Acesso em: 08/11/2018.

BANCO MUNDIAL, 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL, Banco Central do Brasil. Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais. p. 74 , 2013

BRASIL. Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf>. Acessado em: 15/03/2018

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; RIBEIRO, Thiago. Os efeitos da poupança pública sobre o crescimento econômico: análise para um painel de países. p. 24 , 2007.

COUNCIL FOR ECONOMIC EDUCATION, 2018. Disponível em: <www.councilforeconed.org/surveyofthestates>. Acessado em: 19/11/2018

DE MEZA, D, et al. Financial capability: A behavioural economics perspective, Consumer Research 69, Financial Services Authority, 2008. Disponível em: <<https://www.fca.org.uk/publication/research/fsa-crpr69.pdf>>. Acessado em: 13/06/2019

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ENEF - Vida e Dinheiro, 2019. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

ENGLAND, Jude; CHATTERJEE, Papiya. Financial education: A review of existing provision in the UK. Department of Work and Pension. 2005

EUA, 2019. Disponível em: <<https://www.usa.gov/study-in-US>>. Acessado em: 11/06/2019

FERREIRA, Alcides et al. ANBIMA BM&FBOVESPA CNSEG FEBRABAN. p. 40, 2012.

FLEC. Promoting Financial Success in the United States: National Strategy for Financial Literacy, 2016. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/resource-center/financial->

education/documents/national%20strategy%20for%20financial%20literacy%202016%20update.pdf>. Acesso em: 19/11/2018

FSA. Building financial capability in the UK. 2004 Disponível em: <https://www.fsa.gov.uk/pubs/other/financial_capability_uk.pdf>. Acesso em: 27/03/2018.

GLOBAL FINDEX, The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution, 2018. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/332881525873182837/The-Global-Findex-Database-2017-Measuring-Financial-Inclusion-and-the-Fintech-Revolution>>. Acessado em: 26/04/2018

GRODY, A. et al. (2008). A financial literacy and financial services program for elementary school grade: Results of a pilot study. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1132388>>. Acesso em: 20/05/2019

GUINNESS. India makes financial world record as millions open new bank accounts. Guinness World Records, 2015. Disponível em: <<http://www.guinnessworldrecords.com/news/2015/1/india-makes-financial-world-record-as-millions-open-new-bank-accounts>>. Acessado em: 19/06/2019

INFOGRÁFICO. ENEF, 2018. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Infografico-ENEF-0508-1.pdf>>. Acessado em: 17/03/2018

KAPPLER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSEN, Peter Van. Financial literacy around the world: Insights from the Standard & Poor's rating services global financial literacy survey, 2016. Disponível em: <<https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>>. Acessado em: 04/07/2018

LORING, David W. In: Dictionary Of Neuropsychology. p. 64, 1999.

MICHAELLIS, 2018. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>>. Acesso em: 19 set. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 09/06/2019

MITCHELL, Olivia S; LUSARDI, Annamaria. Financial Literacy and Economic Outcomes: Evidence and Policy Implications. p. 19, 2015.

OCDE. Advancing National Strategies for Financial Education, 2013. Disponível em: <<https://www.oecd.org/finance/financial-education/advancing-national-strategies-for-financial-education.htm>>. Acessado em: 27/03/2018

OCDE. PISA 2015 Results (Volume IV): Student's Financial Literacy, 2017. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1787/9789264270282-en>>. Acessado em: 14/06/2019

OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness, 2005. Disponível em:

<<https://www.oecd.org/finance/publicationsdocuments/bestpracticesguidelines/4/>>. Acessado em: 02/04/2018

OCDE/INFE. Financial education for youth and in schools. Policy guidance, challenges and case studies. Russia Trust Fund, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Finl_Ed_for_Youth_and_in_Schools.pdf>. Acessado em: 02/04/2018

OCDE/INFE. National Strategies for Financial Education, Policy Handbook, 2015. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>>. Acessado em: 24/02/2018

ONU, 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/education-index>>. Acesso em: 07/07/2019

PNUD, 2018. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries>>. Acesso em: 16 out. 2018.

PROVÉRBIOS. Bíblia Sagrada, 1993. Cap. 22, vers. 6-7.

RBI – Reserve Bank of India, 2012. Disponível em: <<https://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/PublicationReport/Pdfs/NSFE016072012.pdf>>. Acessado em: 15/10/2018

REINO UNIDO. National curriculum in England: citizenship programmes of study for Key stages 3 and 4, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/national-curriculum-in-england-citizenship-programmes-of-study/national-curriculum-in-england-citizenship-programmes-of-study-for-key-stages-3-and-4#contents>>. Acessado em: 10/06/2019

REINO UNIDO. Types of School, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.uk/types-of-school>>. Acesso em: 11/06/2019

REMUND, David L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. Journal of consumer affairs v. 44, n. 2, p. 276–295, 2010.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública-RAP v. 41, n. 6, 2007.

THE MONEY ADVICE SERVICE, 2018. Financial education in secondary schools in England, The Money Advice Service and IFF Research. Disponível em: <<https://www.moneyadviceservice.org.uk/en/corporate/financial-education-in-secondary-schools-in-england>>. Acessado em: 07/07/2019

WHITEBREAD, David; BINGHAM, Sue. Habit Formation and Learning in Young Children. The Money Advice Service, 2013